

## Alguns aspectos do processo de mudança na região do Nordeste Paraense (\*)

Lourdes Gonçalves Furtado  
Museu Paraense Emílio Goeldi

**Resumo:** Apresenta-se aqui alguns dos indicadores de mudança que vêm se verificando na chamada região do Nordeste Paraense. Inicialmente se faz uma correlação entre as atividades ocupacionais dessa área com as peculiaridades do meio ambiente regional para mostrar a diversificação dos segmentos sociais segundo a base econômica que lhes serve de suporte. Posteriormente, em caráter preliminar, se apresentam duas situações em que aparecem a *autonomia* e a *subordinação* nas relações de trabalho entre pequenos produtores locais como evidência das transformações pertinentes. De um lado, a parceria na pesca e de outro, o trabalho volante na agricultura de exportação exercida pelos chamados peões, *outrora* pequenos produtores autônomos. Dados bibliográficos e sobretudo a observação direta e entrevistas, fundamentam estas notas, cujos principais pontos de referência são os Municípios de Marapanim, na Zona do Salgado e de Igarapé-Açu, na Zona Bragantina.

### INTRODUÇÃO

Sob este título pretende-se aqui abordar um dos aspectos do processo de mudança numa região do Estado do Pará a qual apresenta peculiaridades em relação às suas congêneres amazônicas. Trata-se da chamada região do Nordeste Paraense, área que medeia entre as terras-firmes da Zona

---

(\*) — A versão original deste trabalho foi apresentada no 44<sup>th</sup> International Congress of Americanists no Simpósio **Change in the Amazon Basin**, na University of Manchester School of Geography, Inglaterra, em setembro de 1982.

Bragantina e a orla marítima desse Estado (Zona do Salgado), onde estão presentes fatores que são capazes de gerar alterações no modo de vida da população, tais como sistema viário, empresas agro-pecuárias e extrativistas, agências do governo, sistema bancário e, possivelmente, outros.

A presença de tais fatores nessa região, cujo povoamento data da segunda metade do século XVII fazendo dela um *locus* onde grande parte de sua população depende substancialmente da pesca e/ou da lavoura tradicional, nos faz indagar sobre quais têm sido os efeitos desses fatores sobre essas populações. Essa questão tem origem na hipótese geral de que as transformações que se vêm percebendo no Nordeste Paraense tais como: a intensificação das migrações internas e no sentido campo-cidade, o declínio das atividades lúdico-religiosas, um certo atrofiamento nas relações societárias, o enfraquecimento de determinadas instituições como o mutirão, a perda da terra, o aparecimento do trabalho-volante etc., estão relacionados à presença dequeles fatores.

Para buscar respostas elucidativas para esta questão elaborou-se um projeto de pesquisa intitulado **Aspectos sociais e econômicos do "campesinato" no Nordeste Paraense** visando, num sentido amplo, levantar as características sócio-culturais dessa área, analisar o processo de mudança nela verificável e identificar seus determinantes. Num sentido mais específico, esse projeto através de uma série de pesquisas *in vivo* tem procurado mostrar os efeitos desses fatores, que aqui passamos a *chamar de fatores de perturbação* (Candido, 1971: 91) ou seja, como eles estão agindo sobre os hábitos alimentares, o processo terapêutico, a mobilidade espacial, as estratégias de **meios de vida**, a organização da produção e as relações de mercado dos segmentos sociais da área.(1)

---

(1) — Por ordem de assunto as pesquisas estão sob as responsabilidades de: Arian Nery, Ruth Cortez de Souza, Ivete Herculano do Nascimento e Lourdes Gonçalves Furtado.

Este artigo tenta mostrar *a priori*, de modo mais impressionista do que propriamente conclusivo, dados que evidenciam a existência de um processo de mudança na região do Nordeste Paraense através de o aparecimento de uma *subordinação*, isto é, de sujeição no trabalho que vem se contrapondo à *autonomia* nesse setor, reinante em largo período da vida econômica das populações que nela habitam. Ver até que ponto esse fato está relacionado aos fatores que foram mencionados, é o foco das pesquisas que se vêm realizando. Inicialmente apresenta-se aqui uma correlação entre as atividades ocupacionais da área com as peculiaridades do meio ambiente regional para mostrar a diversificação dos segmentos sociais segundo a base econômica que os sustenta. Posteriormente se mostrará, em aspectos gerais, as duas situações em que se revelam *autônomas* e *subordinadas* as relações de trabalho na região como evidência das transformações à ela pertinentes.

Os dados são resultantes de algum tempo de observação sistemática na região, especialmente em municípios das zonas do Salgado e Bragantina, integrantes da área inclusiva, abrangendo populações que vivem, umas basicamente da atividade pesqueira na orla marítima e outras da agrícola que se intensifica à medida que se interioriza em direção às terras firmes da Bragantina. As observações feitas nas excursões realizadas pelo projeto já comentado, somam-se à nossa experiência acumulada nas excursões realizadas no litoral do Pará entre grupos de pescadores para um outro projeto anterior(2). Excursões foram realiza-

---

(2) — Em 1971 visitamos as **comunidades** de Boa Vista, no Município de Primavera, e Marudá, na Zona do Salgado. De 1973 a 1979 várias excursões foram feitas nas **comunidades** litorâneas de Tamaruteua, Curuçá, Camará e Marudá, coletando dados para um estudo sobre organização e mudança em **comunidades** pesqueiras do litoral paraense o que resultou em nossa tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em 1980, com o título *Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*.

das em **comunidades** onde a agricultura é a base da vida econômica local como na vila Maú, Marudazinho, Matapiquara, no Município de Marapanim (Zona do Salgado) e em Igarapé-Açu, São Luís, São Jorge do Jabuti, no Município de Igarapé-Açu (Zona Bragantina), Augusto Corrêa, Vila Nova e Aturiaí, no Município de Augusto Corrêa, antigamente chamado Urumajó (Zona Bragantina).

Tomamos como ponto de referência para a análise, os municípios de Marapanim na Zona do Salgado e o de Igarapé-Açu, na Zona Bragantina. O primeiro foi escolhido em razão de nele habitarem segmentos sociais que tipificam a noção corrente do que podemos chamar de trabalho autônomo, isto é, do trabalho cujo exercício não contém as implicações do trabalho assalariado efetivo e no qual o controle dos meios de produção não é exterior ao indivíduo. No primeiro município em sua orla marítima distribuem-se os segmentos de pescadores e na porção interior segmentos de lavradores os quais ainda podem ser considerados como vivendo num regime de trabalho autônomo quer como proprietários e/ou como parceiros.

A seleção do segundo município deve-se à presença de trabalhadores-volantes na agricultura que exemplificam uma forma de trabalho subordinado no qual o indivíduo está sujeito a um salário na categoria de diaristas ou empreiteiros e desprovidos do controle dos meios de produção, manifestando assim uma tendência à proletarização a qual vem atingindo contingentes cada vez maiores no meio rural brasileiro como resultante da expansão do capitalismo nessa área, da mecanização da lavoura. Com relação a esse processo assim se expressa Brant (1977: 39) *é o resultado do desenvolvimento simultâneo ou sucessivo das formas de apropriação das terras e dos níveis de acumulação de capital, esse processo implica não só na radical separação entre os trabalhadores e os meios de subsistência como também uma crescente instabilidade do emprego*. Acrescenta ainda:

a mobilidade dos trabalhadores "volantes", "bóias-frias" ou "clandestinos" de uma propriedade rural a outra, do trabalho rural para o urbano e vice-versa, alternando dias de emprego, torna-se corriqueiro (Ibidem). Os trabalhadores-volantes ou *peões* de Igarapé-Açu expressam essa noção de trabalho subordinado e de proletarização, ou seja, representam um momento na vida econômica regional em que a perda da terra, de modo geral, tem encaminhado o lavrador, neste caso, para uma subordinação do trabalho.

Os segmentos sociais aqui abordados como exemplos de trabalho autônomo (pescadores) e de trabalho subordinado (lavradores-peões), não devem ser encarados aqui como estágios ocupacionais evolutivos e também não quer dizer que os concebemos como situações estáticas, ou seja, irreversíveis.

Com o exemplo dos "peões" de Igarapé-Açu poder-se-á avaliar a marcha de expansão das frentes econômicas e de outras variáveis como sistema viário e urbanização em direção ao meio rural e suas conseqüências sobre o trabalho produtivo dos habitantes regionais.

## O NORDESTE PARAENSE: LOCALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS

Para efeito de planejamento regional e execução do Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONOPAR), a área que corresponde às zonas Guajarina, Salgado, Bragantina e Vizeu<sup>(3)</sup> foi denominada de Nordeste Paraense, abrangendo uma extensão total de 9.350 km. Situa-se entre os paralelos 0° 30' a 3° de latitude Sul entre os meridianos de 46°30' de longitude Oeste (Amaral Filho *et al.*, 1975:2 *apud* Furtado, 1980:30).

(3) — Estas regiões ou "zonas", segundo os critérios de regionalização do IBGE são hoje definidas como "micro-regiões homogêneas".

Em 1970 essa região possuía uma população de 566.259 hab. dos quais 399.213 habitavam a zona rural(4) dos municípios da região, sendo que 167.046 habitantes se encontravam nas sedes municipais que configuram os polos urbanos imediatos do contexto inclusivo. No conjunto, os centros populacionais do Nordeste Paraense aparecem exibindo funções diferenciadas. Uns como centros comerciais, outros como centros pesqueiros, outros basicamente como produtores agrícolas de caráter extensivo e/ou intensivo(5) e ainda outros como locais de veraneio de acordo com a ênfase atribuída ao setor de serviços.

Os 6,20 hab./km atestam que o Nordeste Paraense é uma das regiões mais densamente povoada do Estado do Pará. É a mais rica em infra-estrutura de transportes, rodovias e comunicações não obstante experimentando, desde há alguns anos, um sério processo de depressão na sua vida econômica com reflexos negativos nas atividades produtivas, na composição, no relacionamento do homem com o meio natural, nas formas de solidariedade, na estabilidade populacional e como não poderia deixar de ocorrer, no plano ecológico.

A importação de produtos agrícolas e hortigrangeiros(6) de outras regiões através da CEASA por parte dos comerciantes locais para revenda nos centros do Nordeste Paraense; a definição da participação efetiva do grupo fami-

---

(4) — Dados do PRONOPAR (SUDAM, s/d).

(5) — A expressão centros produtores agrícolas de *caráter extensivo* está atribuída àquelas localidades onde a atividade agrícola é praticada de modo itinerante, isto é, baseada no cultivo tradicional da *derrubada* e *queimada* e na rotatividade da terra em contraposição à atividade mecanizada ou semimecanizada que utiliza implementos modernos (tratores para arar a terra, burrifadeiras, fertilizantes inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc.). rotulada com a expressão *atividade agrícola de caráter intensivo*.

(6) — Ovos, tomates, couve, pepino, chuchu, jerimum, melancias, bananas, pimentão e feijão do sul e outros são frequentemente encontrados em centros populacionais como Igarapé-Açu e Castanhal.

liar na atividade produtora básica(7), a expropriação dos meios de subsistência (terra, implementos agrícolas e pesqueiros) que a cada passo atinge maiores contingentes humanos; o desaparecimento de gêneros alimentícios facilmente encontrados e fabricados na região, especialmente na época em que ela era servida pela Estrada de Ferro de Bragança, tais como: broas, beijus, pés-de-moleque, beijos-de-moça etc, são indicadores que atestam essa depressão na região. Sobre ela assim se expressa um articulista especializado de um dos jornais de Belém :

...esta região vem experimentando, há alguns anos, um processo de depressão com perigosos reflexos nas atividades econômicas, na infra-estrutura social e no bem-estar da população, registrando elevadas taxas de sub-emprego e mesmo de desemprego.

E continua o articulista :

...é quase certo que o processo de valorização do Nordeste Paraense, como de resto de todo o Estado, especialmente em áreas de dinamismo econômico, vem sofrendo os efeitos perniciosos da multiplicidade de problemas macroeconômicos, tais como, a forma não igualitária da distribuição da renda, os problemas de desemprego, as migrações desordenadas no sentido campo-cidade, que provocam o "inchamento" dos centros urbanos e com isso desequilibrando o processo de ocupação de espaço. Por sua vez, esses problemas contribuem para o agravamento da oferta de serviços básicos, fomenta a especulação imobiliária, intensifica a altos níveis a intermediação no campo, enfraquece a mobilidade social e deteriora a qualidade de vida das populações. (Itayguara, 1980 : 3/Março).

Essa região foi inicialmente colonizada por elementos procedentes do Nordeste brasileiro, e esperava-se que ela servisse de **celeiro** abastecedor de Belém. Essa função todavia, aos poucos esvaziou-se, pela falta de assistência, dificuldades ecológicas (a capoeira substituiu a floresta e os solos depauperaram-se) etc., (BASA, 1975:2).

---

(7) — Aqui entendido enquanto os membros do grupo doméstico (pai, mãe, filhos e parentes) componentes das unidades residenciais.

A economia dessas regiões encontra-se ou especializa da em algumas poucas culturas industriais e de exportação, como a malva, algodão, fumo, pimenta-do-reino, mamão, ou principalmente na agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, arroz) e ainda na pesca artesanal, esta grandemente afetada em sua produtividade pelos problemas que vem enfrentando em termos de ausência de crédito ao pequeno produtor e problemas ecológicos oriundos da exploração predatória por parte da pesca industrial.

A situação dessa região, obviamente, vem há muito suscitando programas que atendam concretamente às necessidades, tão urgentes de respostas, de modo a atacar os pontos nevrálgicos que bloqueiam, de modo geral, o bem estar de seus habitantes.

Neste espaço a população explora variavelmente diversos setores produtivos como a agricultura, a pesca, a pecuária, a indústria e os serviços. Conforme a vocação do meio natural e as variáveis da natureza histórica e econômica atuantes, as zonas que compõem a região enfocada, tendem a uma especialização quanto às bases econômicas em que se assenta a subsistência de seus habitantes.

O panorama desses setores de atividade produtiva, contudo, parece não ter uma dimensão equilibrada na área. Assim, algumas zonas se apresentam ou tendem à expansão ou à retração, ou mesmo à estagnação. Examinaremos ligeiramente a situação desses setores baseada na leitura de um resumo do Programa de Recuperação do Nordeste Paraense (SUDAM, 1976:1) e nas nossas próprias observações feitas na referida área.

### a) O Setor Agrícola

Neste setor predominam as culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão, arroz) com base no sistema de rotatividade da terra e da utilização da tecnologia simples e tradicional de *derrubada* e *queimada*. A Bragantina e o Sal-

gado, principalmente, dão exemplo desse quadro situacional da agricultura na região, cuja atividade econômica se apresenta de modo geral em estagnação, pois o grosso da população cabocla, desprovida de condições objetivas de trabalho que lhe possibilitem uma diversificação e uma maior produtividade, permanece em geral, no estágio do cultivo simples sem implementos, sem assistência técnica efetiva, sem o acesso aos fertilizantes necessários à correção do solo da região, em contraposição a uma minoria que desenvolve a agricultura de caráter intensivo,<sup>(8)</sup> aos poucos contribuindo para modificar a paisagem física e social da região do Nordeste Paraense. Daí se dizer que em determinadas faixas da região, não só na Bragantina como na Guajarina também, esse setor vai se expandindo como nas áreas circunjacentes a Castanhal, Igarapé-Açu, Tomé-Açu, pelo vale do Guamá e um trecho da BR-316 no Município de Vizeu, num caráter de intensividade agrícola com métodos mais modernos e mais produtivos. Neste caso se acham as culturas de pimenta-do-reino, algodão, milho, arroz, feijão, melão, maracujá, mamão e outras como a heveicultura e as plantações de pinho, para fins de exportação.

O quadro diferenciado revelado pelo setor agrícola do Nordeste Paraense a nosso ver se deve também às oportunidades de mercado para os produtos cultivados na região do que propriamente à fertilidade de solo nas faixas de evidência. Sabe-se que os solos dessa região, de modo geral são pobres, de baixa fertilidade com um considerável grau de esgotamento, exigindo por isso altas doses de nu-

(8) — Aqui as expressões agricultura *extensiva* e *intensiva* têm a mesma conotação dos conceitos de “Cultura Extensiva” e “Intensiva” formulados por Mendras que, segundo ele, “cultura extensiva” se caracteriza por uma ocupação descontínua no tempo e no espaço do território do qual vastas extensões não estão continuamente cultivadas, isto é, não mobiliza todos os recursos de espaço cultivado como o faz a “cultura intensiva” a qual mobiliza ao máximo esses recursos graças a um sistema de cultivo muito complexo e à utilização de um máximo de fertilizante, de trabalho humano, animal e mecânico (1978 : 37).

trientes cujo custo fica inacessível à maioria dos indivíduos que dependem desse setor. Sem ter um mercado que justifique um investimento em insumos, a fronteira agrícola provavelmente não se expandiria nessa região. Note-se que os principais produtos resultantes das plantações que representam a expansão dessa frente, são, na maioria, exportados para fora do Pará. Para dar exemplo, o algodão é exportado para o Rio Grande do Norte através da firma "Algodoeira São Miguel" do grupo das "Linhas Correntes Brasileiras", que lá beneficia e reexporta para São Paulo onde é industrializado para fabricação de linhas;<sup>(9)</sup> a pimenta-do-reino é encaminhada às casas exportadoras sediadas em Belém com vistas ao mercado estrangeiro; o mamão (conhecido como **mamão havaí**) em geral visa o mercado de São Paulo através de importadoras paulistas com centros de comercialização na CEAGESP. As empresas desse setor em expansão além de receberem orientação técnica via EMATER, vêm empregando mão-de-obra assalariada, fertilizantes de natureza orgânica e química a elevados preços, mecanização e armazenagem, envolvendo custos que escapam ao poder aquisitivo dos pequenos produtores da região. Esses fatores têm concorrido para a formação de um contingente populacional que se vê obrigado a recorrer ao trabalho assalariado em forma de trabalho volante em detrimento do trabalho autônomo quer como pequenos proprietários, quer como parceiros ou arrendatários. Hoje já se tornam perceptíveis nas áreas em que a lavoura é mais **moderna** (em relação à tradicional da região) turmas de trabalhadores, incluindo homens, mulheres e crianças que se deslocam de seu local de residência para trabalharem nas propriedades agrícolas de pimenta-do-reino, algodão, mamão, milho e outras mais, nas fases de plantio, capina, colheita e outros tratos agrícolas de modo semelhante aos que vêm ocorrendo em outras regiões brasileiras.

(9) — Informações prestadas por um funcionário das "Linhas Correntes", em Igarapé-Açu.

Numa época em que se processava a colheita de pimenta-do-reino, em Igarapé-Açu (outubro de 1980) informava um dos empresários locais que *bastava ir todos os dias por volta das cinco horas de manhã, à frente de sua casa para ver todas as suas carretas cheias de bóia-fria*. Indaguei sobre a definição do termo e ele respondeu que *é o pessoal que não tem em que trabalhar, mora aqui na cidade e vai trabalhar na colheita, eles vão de manhã e voltam à tardinha*. Outras informações e observações pessoais confirmaram o discurso do nosso informante e nos remeteram para um estudo da situação sócio-cultural desse segmento que ora esboçamos nesta comunicação o qual será aprofundado em trabalho posterior.

No que diz respeito à estrutura fundiária observa-se na região e lê-se também no relatório do PRONOPAR que ela é *bastante defeituosa* pois os latifúndios por explorar constituem mais de 85% (dos imóveis) da área cadastrada e os minifúndios apesar de representarem 75% dos imóveis rurais abrange uma área correspondente a menos de 10% do total. Além desses fatores o setor agrícola do Nordeste Paraense se vê a braços com a lentidão do processo de legalização da terra e que, por sua vez concorre para a inacessibilidade ao crédito bancário almejado pelo lavrador. Por esse motivo (falta de crédito) muitos pequenos produtores desencantados com o nível de sua produção que, de certa forma lhes bloqueia a ascensão de seu nível de aspiração, tende a vender sua propriedade, ainda que pequena, a qualquer preço e passa a viver do trabalho assalariado, fato que vem sendo notório na antiga área de colonização da região Bragantina às cercanias do Município de Igarapé-Açu.

A situação descrita tem alimentado o sistema de intermediação vigente no processo de comercialização dos produtos da região, não somente os oriundos desse setor como do setor pesqueiro também. Nesse sistema o intermediário entre o produtor e o consumidor, num certo sentido

exerce um papel importante e porque não dizer essencial visto que ele é, em geral, a ponte que estabelece o nexo entre o produtor e o mercado. Esse papel lhe tem sido garantido pelos recursos ausentes a nível do pequeno produtor tais como: escassez de crédito, carência de meios de armazenamento e transporte para a alocação do produto no mercado consumidor e acesso direto aos meios de produção<sup>(10)</sup>.

Apesar dessas características, o Nordeste Paraense é uma das regiões do Estado do Pará que apresenta maior diversificação no setor agrícola. Sempre foi considerada como a principal área de exportação de produtos agrícolas e hortigranjeiros do Estado para o mercado de Belém.

Os produtos agrícolas que qualificam essa diversificação no Nordeste Paraense e lhe atribuem feição particular em relação às suas congêneres regionais, estão assim distribuídos, conforme o quadro a seguir:

PRODUTOS	AREA DE MAIOR INCIDÊNCIA	ZONA
pimenta-do-reino	Igarapé-Açu Tomé-Açu Rodovia Castanhal/Curuçá	Bragantina Guajarina Bragantina/ Salgado
feijão	Marapanim Rod. Igarapé-Açu/Maracanã	Salgado Salgado
milho	Igarapé-Açu Igarapé-Açu e circunjacências	Bragantina Bragantina
algodão	Vizeu Igarapé-Açu	Vizeu Vizeu
arroz	Capitão Poço Maracanã Igarapé-Açu Vizeu Capitão Poço	Guajarina Salgado Bragantina Vizeu Guajarina
mamão (Havai)	Irituia Igarapé-Açu e circunjacências	Guajarina Guajarina
maracujá	Tomé-Açu	Bragantina Guajarina
mandioca	porção interior da zona do Salgado praticamente em toda a região Bragantina	Bragantina/ Salgado

(10) — Sobre o papel do intermediário no processo de comercialização no Nordeste Paraense sugerimos a consulta em Silveira (1979a : 7-14) e Furtado (1980 : 311-330).

## b) O setor pesqueiro

Quanto a esse setor, a área em foco destaca-se entre as congêneres do Estado do Pará. Seu posicionamento *geográfico* a torna privilegiada. Há duas vantagens a serem consideradas para a sua situação de relevância: 1) a sua localização próxima a costa marítima do Pará e 2) a rede hidrográfica que possui sulcando suas terras, permitindo dessa forma que duas modalidades de pesca se processem. Uma de natureza marítima ao longo de 562km que correspondem ao litoral do Pará e outra, nos 40 rios que banham suas terras, ainda que feitas de modo artesanal. É dessa região que flui grande parte do pescado que abastece internamente a região e o mercado e ainda em tempos de grandes safras, chega a exportar para outros Estados como Piauí e São Paulo.

O posicionamento do Nordeste Paraense indica que essa região apresenta não somente uma vocação para a agricultura, mas também para a atividade pesqueira e tem na zona do Salgado seu principal indicador.

Embora a atividade pesqueira do Nordeste Paraense se diversifique em pesca marítima e fluvial, cumpre esclarecer que é da atividade marítima que flui o pescado que é comercializado com Belém; a atividade fluvial é via de regra, para o consumo interno da população, não porque os rios possuam baixo nível de piscosidade, mas porque há normas da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que proíbem a atividade pesqueira intensiva nessa área, visto que tais rios servem de locais de desova e reprodução dos estoques pesqueiros. Por isso quem percorre rios do porte do rio Marapanim, cujas cabeceiras estão na zona Bragantina nas circunjabências de Jambu-Açu no Município de São Francisco do Pará (antigo Km 95 da Estrada de Ferro de Bragança) notará que a atividade pes-

queira limita-se à utilização de *cacuris* (11), *tiradeiras*(12), *tarrafas* e *munsuás*(13), como instrumentos de pescaria, os quais, não apresentam um volume de produção que satisfaça a demanda diária do mercado consumidor extra-local e, por outro lado, não exercem nenhuma ação predatória contra os estoques ictiológicos.

O pescado produzido é constituído de peixes, crustáceos e moluscos. Os peixes diversificam-se em espécies adaptadas às modificações sazonais do teor de salinidade influenciadas pelo regime de vazão do rio Amazonas(14). Assim encontramos na costa do Pará peixes que são próprios da *água salgada*, da *água temperada* e da *água doce*, estes incidindo, obviamente no estuário amazônico. Na orla costeira do Nordeste Paraense abundam peixes entre eles o cação (*Carcharhinidae*), o bagre (*Arius couma*), a tainha (*Mugil brasiliensis*), o serra (*Scomberomus* sp.), a pescada amarela (*Cynoscion steindachneri* e *C. acoupa*) a corvina (*Micropogonais furnieri*), o Xaréu (*Carany hippos*), o merc (*Epinephelus itajara*), o cangatá (*Arius* spp.), a gó (*Macrodon ancylodon*), a pratiqueira (*Mugil curema*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*).

Entre os crustáceos o caranguejo já é encontrado nas áreas de mangais do litoral. Os moluscos são representados pelo mexilhão (*Mytella* sp.) e *sernambis* (*Anomalocardia brasiliana*). O primeiro é freqüentemente encontrado à venda nos supermercados de Belém e o segundo é mais usado no consumo das populações locais do litoral.

(11) — Pequena armadilha de pesca, fixa ao longo dos rios. Feita geralmente de talas de tambu ou de mangueiro e atadas com cipós.

(12) — É o mesmo que espinhel. Uma linha em que são dependurados os anzóis e ao ser jogada na água flutua sob o controle de bóias feitas de carapaças de um fruto que abunda na região.

(13) — Cesto de talas de bambu em forma cilíndrica para coletar pequenos peixes.

(14) — Aquelas que coincidem respectivamente com o período de variação da salinidade da água na região do litoral.

Conquanto a zona costeira do Nordeste Paraense seja o fulcro da atividade do setor pesqueiro, ainda não conseguiu lograr a infra-estrutura desejada pelos pescadores artesanais. Assim o processo de armazenamento e conservação são bastante precários. O sistema de comercialização ainda não se libertou do processo de intermediação vigente o qual encarece o preço do produto ao consumidor e não assegura preços justos a nível dos produtores. Nada se pode dizer ainda de, com a implantação dos entrepostos pesqueiros previstos pela SUDEPE nos municípios de Vigia e Marapanim, com recursos do PRONOPAR com a finalidade de armazenar o produto dos pescadores artesanais para que o mesmo, por falta de condições para a conservação, seja vendido a qualquer preço ao intermediário, as consequências negativas do sistema de intermediação serão ou não minimizadas, como não podemos prever também que a nível de consumidor se tenha a mesma perspectiva, pois esses entrepostos ficam localizados nas sedes municipais dos respectivos municípios a uma distância de 150 km de Belém respectivamente e, em distâncias variáveis dos outros centros menores, que dependem do escoamento por via rodoviária, o que acarreta ônus sobre o produto. De qualquer forma, se essa medida for adequadamente planejada levando-se em conta as especificidades da realidade regional já consistirá talvez numa tentativa de proteção à atividade pesqueira na região<sup>(16)</sup>. O escoamento por sua vez, é feito em moldes precários sem os devidos cuidados de higienização

(16) — Espera-se, entretanto que esses entrepostos atinjam suas reais finalidades e que não tenham eles o mesmo destino que tomou o entreposto de Soure, na ilha de Marajó, o qual, segundo Penner (1980: 125), não obstante as modernas instalações que possui, *teve sua finalidade completamente desvirtuada, uma vez que está funcionando apenas como fábrica de gelo, gelo este que é vendido às geleiras pertencentes a intermediários. Diz mais, os grandes armazéns para depósito de pescado continuam vazios, embora o entreposto tenha sido inaugurado há vários meses, enquanto as fábricas de gelo, com capacidade para fabricação de vinte toneladas de gelo por dia, em pleno funcionamento* (Ibidem).

e acondicionamento do pescado para os centros consumidores. Os pontos de desembarque locais são feitos geralmente nas praias e, quando muito, em *trapiches* em má conservação. O processo de localização dos cardumes baseiam-se no conhecimento empírico o qual se pode rotular de método das tentativas que se caracteriza pelas observações circunstanciais como presença da *cumidia*(17), pela *lizeira*(18) e pelo odor característico — *pitiú* — que exala fortemente de determinadas áreas marinhas; ressalta-se que tal método é resultante de uma profunda interação entre o homem e o seu *habitat* conseguido através das gerações sucessivas. O processo de captura repousa em bases artesanais na qual o pescador é, praticamente, o fabricante de maioria de seus instrumentos de trabalho. Nesse processo de captura são utilizadas canoas movidas à vela com variações em porte e sistema de propulsão, currais de pesca, que também variam em dimensão, forma e localização. Em um trabalho sobre a atividade pesqueira no litoral do Pará, dedicamos um capítulo no qual são focalizados os implementos utilizados pelos pescadores em seu processo de captura (Furtado, 1980: 190-240) e Silveira (1979b) apresenta uma tipologia das embarcações utilizadas nas pescarias entre os pescadores de Quatipuru, na região inclusiva.

O pescado produzido pelas atividades dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense destina-se quase que totalmente ao abastecimento interno da população e para os centros da região metropolitana de Belém.

A pesca industrial efetivamente instalada a partir de 1968 como uma resultante direta da política de incentivos fiscais para a Amazônia, esta, legitimada pela Lei Federal,

(17) — *Cumidia*, termo atribuído pelos pescadores aos cardumes de sardinha ou outra espécie de peixe que serve de comida aos peixes por isso atraindo seus cardumes. A *cumidia* se faz visível pelos saltos dados à superfície da água.

(18) — *Lizeira*, espaços espelhados na superfície líquida, que segundo a concepção do pescador indica que há presenças de peixes nas áreas em que aparecem.

de 22 de outubro de 1966 e pelo Decreto Lei nº 221(19), em geral não absorve a produção dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense, pois as empresas de pesca industrial, em sua maioria sediadas em Belém, possuem barcos especializados para a pescaria. Todavia a atuação desses barcos tem se refletido negativamente na atividade pesqueira do pescador artesanal, principalmente no que diz respeito a predadoriedade ambiental no domínio de atuação deste pescador. Por outro lado, a pesca empresarial tem desviado para outros mercados, especialmente para o exterior, como é o caso da piramutaba (*Brachyplatistoma* sp.) que é beneficiada industrialmente em Belém para o estrangeiro, especialmente para os Estados Unidos. Penner (1980:87-89) afirma que a pesca empresarial para a captura da piramutaba é praticada ao longo do litoral, desde o Oiapoque até a foz do rio Gurupi, na fronteira com o Estado do Maranhão, concentrando-se em águas estuarinas utilizando o processo de arrasto de parelha (20).

Por ordem de expressão na produção pesqueira do Nordeste Paraense assim se situam as zonas integrantes: Salgado, Bragantina, Guajarina e Vizeu. E os municípios que assumem posição mais relevante não somente em relação

---

(19) — A Lei Federal nº 5.174 concede incentivos a empreendimentos localizados em áreas de jurisdição da SUDAM e o Decreto-Lei nº 221 confere às empresas industriais: 1) isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras para materiais utilizados nas capturas, no processamento e na comercialização do pescado; 2) isenção de imposto sobre produtos industrializados; isenção de impostos e taxas federais sobre a venda do pescado destinado ao consumo interno e à exportação; 3) dedução de imposto de renda para investimentos em prol da pesca. A dedução prevista é de 25% atingindo até 50%, no caso de projetos localizados em áreas jurisdicionadas pela SUDAM (e da SUDENE) e 100% quando se tratar de pessoas que já exerçam atividade pesqueira (Britto, 1975 : 4 *apud* Penner, 1980 : 85).

(20) — A autora descreve o *arrasto de parelha* como o instrumento que é fixado em barcos paralelos que deslocam até 5 ou 6 milhas no sentido da correnteza a uma velocidade superior a esta. Em cada viagem são feitos cerca de 50 lances e cada lance tem a duração de 2 a 2:30 horas e os cardumes são localizados através de Sonar.

à zona inclusiva (no caso a do Salgado), mas também em relação ao Estado do Pará, são: Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Maracanã e Primavera. Segundo informes contidos no documento do PRONOPAR, conquanto o Nordeste Paraense expressa em papel relevante no setor pesqueiro através, principalmente, da produção da zona do Salgado a produtividade dos pescadores regionais ainda pode ser considerada **extremamente baixa** ainda que esteja superior ao conjunto do Estado, porque no período de 1969/73 a produtividade dos pescadores foi em média de 1.993 kg/pescador, enquanto a estadual foi de 1.031/kg/pescador: A citada fonte alega como justificativa desse nível de produtividade o rudimentarismo que *caracteriza a pesca local que exige mão-de-obra numerosa, a falta de conhecimento científico dos estoques pesqueiros e o empirismo na localização dos cardumes* (Ibidem). Tais argumentos, etnocentristas, diga-se de passagem, não explicam a realidade, constituem uma visão inadequada da questão. Primeiro, porque, comparativamente, a produtividade a nível local e a nível estadual desfrutariam também desse mesmo *rudimentarismo*, dessa mesma *falta de conhecimentos científicos dos estoques pesqueiros e desse mesmo empirismo na localização dos cardumes* (sic), logo tais argumentos não parecem servir de parâmetros para chegar-se a essa imagem em nível conclusivo. Na região do Marajó, onde a pesca é exercida largamente com fins à comercialização, as características apontadas pelo citado documento estão longe de ser descartadas. Brabo (1981:7-11), descrevendo a tecnologia utilizada pelos pescadores de Cachoeira do Arari (Município que baseia sua economia na pesca e na pecuária), aponta como instrumentos de trabalho a rede de malhar, a tarrafa, a canoa, o remo e o puçá, instrumentos esses encontrados na pesca do lago Arari por Pinto (1956: 373-407).

No discurso dos pescadores da região de Cachoeira do Arari apresentado por Brabo (Ibid.) vê-se que o reconheci-

mento dos pontos de maior piscosidade pelo sistema visual é o mesmo utilizado pelos pescadores da costa do Pará e a composição das tripulações em termos numéricos não fica muito distante da vigente no Nordeste Paraense. Assim, *numa pescaria é necessário seis a quatro homens na época de verão, agora no inverno, um ou dois pode fazer o serviço porque o peixe dá menos, agora no verão o peixe é mais abundante*(21). Portanto pode-se concluir que os elementos apresentados pelo documento do PRONOPAR, não podem ser suficientes para justificar que a produtividade pesqueira do Nordeste Paraense seja ainda *extremamente baixa* (sic). Na verdade, o que mascara a realidade produtiva do setor pesqueiro nessa região é a ausência de uma estatística sistemática, já por muito tempo ausente na região. Embora, a partir de 1975, a SUDEPE, através do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), tenha iniciado uma estatística da produção pesqueira, acreditamos que em *muitas comunidades* de pescadores ela ainda se faz ausente. Esse trabalho nos parece relevante para atribuir o real posicionamento do setor pesqueiro na economia estadual.

A falta ou a precariedade de uma estatística tem acarretado sérios prejuízos ao setor pelas razões que seguem: 1) porque deixa de registrar o real fluxo produtivo diário nos centros pesqueiros da região, encobrendo dessa forma também a diversificação do estoque ictiológico existente; 2) coloca dúvidas sobre a produtividade derivada da tecnologia que os pescadores artesanais dispõem e com a qual em décadas sucessivas vêm abastecendo o mercado consumidor; 3) esconde a eficácia dessa tecnologia no processo produtivo do pescador. Evidentemente que uma tecnologia de caráter "moderno", isto é, que envolve barcos pesqueiros sofisticadamente aparelhados, com possibilidades para

(21) — No Nordeste Paraense, a composição das tripulações das canoas pesqueiras e da pescaria de *curral de peixe* varia de 2 a 5 homens, não obstante o número genérico ser de 3 homens na tripulação das canoas que fazem a pesca de rede.

uma maior tonelagem, com capacidade de maior permanência nos pontos piscosos, dotados com aparelhos que possam modernizar o método de detecção dos cardumes etc., apresentará uma produtividade por pescador bem mais superior que a vigorante na pesca artesanal(22).

### c) O setor pecuário

A atividade pecuária do Nordeste Paraense vem evoluindo nos últimos anos e sua maior expressão está na zona Guajarina secundada pela Bragantina. Até mesmo na do Salgado o setor vai se expandindo através de propriedades de médio porte como se pode observar nos eixos rodoviários Castanhal/Curuçá/Marapanim, BR-316/Vigia e Iga-

(22) — Estabelecer os pontos de coleta em todos os pontos pesqueiros de desembarque de pescado, para a elaboração de uma estatística sistemática e contínua, parece-nos ser uma alternativa para encontrar-se o real panorama do setor pesqueiro do Nordeste Paraense em termos de sua produtividade. No Município de Marapanim, por exemplo, existem várias localidades em que, em primeira instância se dá desembarque para daí partirem através de intermediários, para a sede municipal e para outros centros de consumo. A partir de 1975 a SUDEPE, através das Capatazias de pesca localizadas nestes pontos de desembarque e, através dos pontos na sede municipal, iniciou a coleta de dados diários para a elaboração de uma estatística que informa a quantidade de pescado, a espécie e o tipo de aparelho utilizado na captura. A compartimentação da coleta de dados, isto é, feitas nos pontos imediatos de desembarque e nos secundários é importante e indispensável se se quiser ter uma visão concreta e não hipotética ou conjetural da produção na região, pois a estatística apenas baseando-se nos dados obtidos nos pontos secundários ela, com certeza, mascara, como tem mascarado, essa realidade porque tende a escamotear o volume total produzido após a pescaria, como vem acontecendo.

Um serviço de estatística sistemática contínua, atendendo para esses detalhes torna-se imprescindível ao setor pesqueiro como em outro qualquer. De um lado beneficiará o setor macro-econômico do Estado em termos do conhecimento das reais potencialidades regionais e de outro, beneficiará o pescador artesanal do ponto de vista de sua produtividade e da evidência da eficácia de seus métodos tradicionais, que inadequada, injusta e etnocentricamente têm sido rotulados de *rudimentares*.

rapé-Açu/Maracanã/Capanema/Primavera, apenas para citar alguns exemplos imediatamente perceptíveis.

Esta atividade é a que mais se apresenta desequilibrada em termos de sua ocorrência na região inclusiva, mesmo assim vem se expandindo.

O caráter expansionista da pecuária na região do Nordeste Paraense pode ser buscado, principalmente na política de Incentivos Fiscais gerada pela SUDAM a qual, até 1975, já tinha aprovado 24 projetos agropecuários com investimentos brutos a preços correntes superiores a 280 milhões de cruzeiros, prevendo para 1980 um aproveitamento de 440 mil hectares de terra, aproximadamente, com um efetivo de 285.000 cabeças de gado; metade dessa área foi prevista para implantação de pastagens artificiais.

Ao analisar a *relação das empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*, elaborada pelo Departamento de Administração de Incentivos, da SUDAM, até o dia 16 de outubro de 1980, o Nordeste Paraense contava com 28 estabelecimentos agropecuários beneficiados pela política de incentivos fiscais para a Amazônia. No conjunto as liberações do Incentivo a esses estabelecimentos totalizaram Cr\$ 562.257.792,00.

No quadro a seguir pode-se observar a distribuição desse montante segundo as zonas integrantes do Nordeste Paraense e, por outro lado, se verá também o investimento total dos projetos agropecuários, por zonas e, ao mesmo tempo a capacidade de absorção de mão-de-obra prevista pelos respectivos empreendimentos.

O quadro confirma o que foi dito anteriormente com relação à concentração dos estabelecimentos agropecuários na zona Guajarina. E mostra também que o aumento de estabelecimentos agropecuários na região, envolvendo altos investimentos, parte dos quais apoiados pela política dos Incentivos Fiscais, em termos de geração de emprego, não se tem revelado promissora para uma área que vem justa-

**Distribuição dos benefícios oriundos da política de incentivos fiscais, administrada pela SUDAM, segundo as zonas ou "micro-regiões" do Nordeste Paraense<sup>(23)</sup>**

Zona ou "Micro-Região"	N.º de estabelecimentos incentivados	Área do empreendimento	Mão de obra	Totais dos investimentos (Cr\$)	Liberações do IF pela SUDAM (Cr\$)
Guajarina	24	409.770	1.197	1.882.837.010	494.873.808,00
Bragantina	3	6.240	267	126.230.981	57.132.986,00
Vizeu	2	30.000	312	53.747.647	10.250.997,00
Salgado	—	—	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>446.010</b>	<b>1.776</b>	<b>2.062.815.638</b>	<b>562.257.792,00</b>

mente sofrendo problemas de desemprego. Observe-se que na zona Guajarina, os 24 estabelecimentos, no seu conjunto têm apenas uma oferta para 1.197 trabalhadores, enquanto que na Bragantina, os três empreendimentos geram apenas 267 e em Vizeu, 312.

Por outro lado, não é promissora também em termos ecológicos, pois a devastação da mata, ainda que esta seja de natureza secundária, tem feito desaparecer a caça que tradicionalmente complementava a dieta alimentar tanto da gente que vive no litoral como daquela que habita as áreas de terra-firme, no interior.

Esse quadro só inclui os estabelecimentos beneficiados pelos incentivos fiscais. Fica claro desde já, que outros estão em funcionamento contribuindo para a expansão do setor pecuário nessa região.

(23) — Fonte: *Relação das Empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*. SUDAM, Belém, 1980, 15 p.

Com base nas observações e na nossa vivência na região do Nordeste Paraense, depreende-se que o setor pecuário, entre os outros é aquele que mais apoio financeiro tem recebido para o seu crescimento, o que, como já foi dito, tem contribuído largamente para modificar a paisagem regional com a exigência de grandes áreas para a formação de pastagens, e que, por sua vez, implica na devastação da vegetação. Se há alguns anos atrás ao se viajar pelas estradas da região podia-se ver a vegetação de capoeiras altas ou até mesmo de florestas junto ao leito da estrada, hoje em dia o panorama é completamente outro. O horizonte adentrou-se, transformando a paisagem física, levando consigo os capoeirões e a caça neles existentes que subsidiavam a alimentação do caboclo nessa região<sup>(24)</sup>. Para dar exemplo, por volta dos meados de 1971, a rodovia Castanhal/Curuçá/Marapanim era acompanhada em quase todo o seu percurso, por densa capoeira. Hoje, essa paisagem cedeu lugar às fazendas de gado com pastos cultivados e cerca de arame farpado.

Com relação à oferta de emprego neste setor, pela própria natureza de suas atividades, o mercado de trabalho para a população local é extremamente limitado, o que a nosso ver não está contribuindo para resolver ou pelo menos minimizar o desemprego presente em toda essa região, que inclusive vem se colocando como um dos determinantes do fluxo migratório campo/cidade. Para se concluir estas confirmações e para se ter uma idéia mais concreta da relação empreendimento agropecuário-oferta de emprego, apresentamos um quadro no Anexo I em que são definidos os empreendimentos da iniciativa privada com apoio estatal, a área ocupada e a mão-de-obra utilizada.

Não queremos aqui menosprezar as iniciativas públicas e/ou privadas neste setor ou em outro qualquer, mas

---

(24) — O termo caboclo aqui empregado, apesar da conotação étnica que possa conter significa genericamente o habitante rural da região.

apontar que os empreendimentos agropecuários resultantes da associação entre as iniciativas pública e privada não têm correspondido às expectativas da população regional mais diretamente afetada por eles. Expectações em termos de geração de emprego sobretudo, e de fonte de abastecimento alimentar a nível intra-regional. Primeiro porque, entre os mais sérios problemas presentes na região destaca-se a falta de emprego ou a existência do subemprego para uma população que cresce<sup>(25)</sup>, e assim sendo, as expectativas giram em torno de empreendimentos que venham de fato suprir esta situação lacunar. Por outro lado os empreendimentos instalados nessa região com recursos dos Incentivos Fiscais, em geral têm sua produção voltada para a exportação.

Observando-se o quadro de absorção de mão-de-obra vemos que, em 1980 na Bragantina foram absorvidos 267 pessoas, em Vizeu 312 e na Guajarina 1.197 e no Salgado nenhuma.

Em sucessivas viagens feitas ao Nordeste Paraense tem-se acumulado informações a respeito da expropriação da terra por compra por parte dos empresários estabelecidos nessa região aos pequenos produtores locais. Desse fato emerge a hipótese de que esses empreendimentos também estão gerando o subemprego na medida em que a

(25) — Para se ter uma idéia do crescimento, apresentamos o quadro a seguir dos anos de 1960 e 1970 do IBGE, de acordo com as zonas, com acréscimo nosso das duas últimas colunas.

ZONA	1960 (hab.)	1970 (hab.)	Índice de cresc.	N.º absol (hab.)	Estabele- cimentos incenti.	Oferta de emprego
Salgado	131.167	148.508	111,22	17.347	—	—
Bragantina	205.896	237.917	115,55	32.021	3	267
Vizeu	27.767	33.014	118,90	5.247	2	312
Guajarina	33.666	146.820	175,48	63.154	24	1.197

compra da terra ao pequeno produtor expropria-o do seu meio de produção básico que o sustenta enquanto proprietário e trabalhador autônomo e o transforma em trabalhador dependente nos estabelecimentos agropecuários, agroindustriais. Nestas condições ele se torna um trabalhador assalariado caracterizado como *diarista* trabalhando como **volante** nas plantações ou nos processos de beneficiamento da matéria-prima. Um exemplo disso pode ser encontrado na região Bragantina-Salgado, sobretudo nas plantações de pimenta-do-reino, mamão e algodão. Estas alocações da mão-de-obra, liberada dos segmentos sociais enquanto proprietários, na verdade não satisfazem o grau de aspirações dos indivíduos e sobretudo no que concerne à subsistência. Em consequência vai se tornando num dos determinantes do processo migratório a caminho da cidade. Esta hipótese, todavia será testada no decorrer dos trabalhos de campo em andamento(26).

#### AS FEIÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO: TRABALHO AUTÔNOMO E TRABALHO SUBORDINADO.

Como foi visto na unidade anterior deste artigo, a região aqui enfocada apresenta uma diversificação de setores produtivos no qual repontam os setores da pesca e da agricultura de caráter extensivo não obstante a expansão da agricultura de caráter empresarial, a qual vem sendo feita sob a égide da política de incentivos fiscais para a Amazônia. Tal diversificação corresponde à influência conjugada de fatores ambientais, econômicos, sociais e históricos.

Tais características nos fazem lembrar que a região do Nordeste Paraense é uma das áreas que pode ser tomada como exemplo da diversificação ecológica da Amazônia.

---

(26) — Em caso de sua afirmação há que ser repensada a política de desenvolvimento para as áreas rurais amazônicas de modo a levá-la de modo harmônico no sentido de beneficiar o pequeno produtor das áreas onde as manifestações dessa política se fazem presentes.

Num trabalho de grande mérito, o antropólogo Eduardo Galvão (1976:7) diz que *paisagens diferentes exigiram adaptações diversas e, contingentes humanos de várias origens imprimiram sua contribuição a cada uma das áreas regionais*. Nesse sentido o Nordeste Paraense expressa esse conceito ao manifestar uma diversidade de adaptação a qual corresponde às particularidades da paisagem física regional, ao apresentar traços evocativos dos contingentes humanos que para lá se deslocaram, os quais perpassam hoje o espaço geográfico em que tais contingentes se fixaram.

Se repensarmos novamente na diversificação dos setores produtivos apresentada anteriormente, certamente distinguiremos duas áreas em que o processo de subsistência dos pequenos produtores se apresenta relativamente distinto em termos dos recursos naturais disponíveis, das modalidades de apreensão desses recursos, e da organização do trabalho, embora estas áreas tenham nas relações de mercado, onde o sistema de intermediação é o elo de contato com o sistema social abrangente, e na base cultural, os seus denominadores comuns. Uma destas áreas envolve uma população que tem sua base econômica assentada na pesca artesanal utilizando a *rede* e o *curral* como seus principais instrumentos de trabalho. Abrange a faixa litorânea das zonas do Salgado, Bragantina e Vizeu. Comumente chamada de *zona pesqueira*. A outra área é constituída de uma população em que a economia é orientada pelo cultivo da lavoura à base do sistema tradicional de *derrubada* e *queimada*. Abrange parte da zona do Salgado, da Bragantina e de Vizeu e a totalidade da Guajarina nos terrenos de terra-firme do Nordeste Paraense. **Esta área é comumente chamada de Zona Agrícola**. Ao lado desse sistema tradicional vem se expandindo a agricultura de caráter empresarial, ocupando grandes extensões de terras para cultivo de produtos de exportação como pimenta-do-reino, algodão e mamão. Sistema este que contrasta com a lavoura do pequeno produtor no que concerne aos *tratos agrícolas* e as relações de tra-

balho tradicionalmente vigentes na região. Num levantamento feito na região de Igarapé-Açu<sup>(27)</sup> constata-se que essa faixa pioneira de agricultura intensiva ou empresarial vem crescendo especialmente pela anexação de terras compradas dos pequenos produtores locais, dos quais a maioria hoje é empregada como *diaristas* exercendo trabalho volante, definidos regionalmente como *peões*.

Com esta descrição já se pode perceber que, pelo menos, duas formas de trabalho produtivo realizado pelos pequenos produtores aqui considerados, coexistem nessa região. Uma em que o pequeno produtor seja pescador ou lavrador, mantém o controle de seus meios de produção quer como proprietários, parceiros ou arrendatários. E outra em que esse controle escapa de suas mãos que é o caso dos peões, na qual somente dispõem de sua força-de-trabalho.

Uma descrição geral será feita a seguir para que se tenha uma noção mais concreta dessa realidade, ressaltando sempre seu caráter preliminar porquanto nossa maior experiência tem sido com segmentos de pescadores, iniciando-se agora nossa experiência mais sistemática no setor agrícola.

Tomando-se os pequenos produtores do Nordeste Paraense do quadro de populações de **cultura rústica**<sup>(28)</sup> viu-

---

(27) — Igarapé-Açu é uma das principais cidades da Zona Bragantina que cresceu economicamente, em relação às suas congêneres, graças a atração proporcionada pelo cultivo da malva e da mandioca para a produção de farinha. Atualmente é uma área produtora de algodão, milho, pimenta-do-reino e mamão. Originou-se do maior núcleo colonial da Zona Bragantina em 1895, naquela época denominada Jambu-Açu, importante estação da Estrada de Ferro de Bragança.

(28) — Empresta-se aqui o termo utilizado por Antônio Candido (1971) para representar o universo das populações rurais onde as relações entre os indivíduos são altamente personalizadas, o modo de vida caracterizado por um acentuado grau de solidariedade; as relações econômicas altamente permeadas pelas relações de parentes e compadrio, enfim, com um *ethos* próprio que as distingue dos segmentos sociais urbanos.

se que a autonomia, enquanto forma de manter-se livre diante do processo produtivo e característica desse quadro, é um elemento forte nas suas idealizações. Ela é buscada sob todas as formas como um mecanismo para preservar a interação entre o indivíduo e os seus meios de produção, ou para manter sua interação constante com o meio natural e imediato — própria do contexto da **cultura rústica** — de onde o trabalho flui como uma categoria não externa ao indivíduo. Essa busca se dá pela rejeição ao trabalho assalariado, ou à situação de empregado. Os regimes de parceria (sobretudo na atividade pesqueira) e do arrendamento na lavoura são arranjos que ilustram essa rejeição e que legitimam as expectativas de autonomia nas relações de trabalho entre os pequenos produtores da região enfocada.

Estas expectativas foram constatadas nas diversas entrevistas que realizamos com pescadores e com lavradores que desfrutam dessa situação, isto é, que ainda exercem o controle dos meios de produção, em outras palavras, que ainda não abandonaram totalmente sua condição de proprietários dos meios de produção, quer como parceiros ou como arrendatários, para se tornarem empregados assalariados.

Como exemplo, toma-se o caso do regime de parceria na pesca. Por isso escolheu-se um grupo de pescadores, com o qual se tem trabalhado mais, situado na praia de Marudá, Município de Marapanim, no litoral do Estado do Pará. Estes pescadores utilizam como seus principais instrumento de trabalho a **rede malhadeira**(<sup>29</sup>) e as pescarias com ela, são feitas em canoas(<sup>30</sup>) que naquela região do litoral paraense são chamadas de **montarias pesqueiras**. Definem uma atividade móvel que exige o deslocamento dos pescadores conforme a movimentação dos cardumes de in-

(29) — Outras modalidades de pescarias são praticadas com a *tarrafa*, *linha de mão*, o *espinhel* ou *tiradeira*, cujos resultados porém não chegam a se incluir no fluxo de comercialização com a *rede* e o *curral*.

(30) — São embarcações pequenas feitas em madeira e movidas por uma única vela em formato latino.

teresse comercial para o abastecimento local e dos centros da área metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. Esse deslocamento se realiza diariamente de acordo com o regime das marés. Assim o pescador sai para a pescaria com a **vazante da maré** e volta com a **enchente**. Sua jornada de trabalho é cumprida em mais ou menos cinco horas no mar. Esses deslocamentos diários da praia para os pontos de pesca tomam, sazonalmente, duas direções. No **verão amazônico** ou estação de estio — nos meses de julho a dezembro — os pescadores dessa vila tomam a direção Norte e no **inverno** — ou estações das grandes chuvas — nos meses que vão de janeiro a junho, aproximadamente — o fazem para o rumo Sul. Tal deslocamento, ao qual os pescadores chamam de **rodígio**, articula-se com o regime de vazão do rio Amazonas. Segundo este regime, na primeira estação (no **verão amazônico**) quando a vazão desse rio é menor, as águas salgadas do Atlântico penetram mais facilmente no espaço da pesca artesanal trazendo os peixes valorizados para a comercialização. E na segunda, quando a vazão é maior, ou seja, onde as correntezas são mais fortes, a salinidade característica da costa é atenuada fazendo deslocar os cardumes para o Sul. Esse itinerário é feito apenas pelos pescadores que em geral trabalham com a **rede** ou com o **espinhel**<sup>(31)</sup> — este em outras áreas do litoral paraense. Percebe-se que o uso da **canoas**<sup>(32)</sup> é indispensável nestas operações como o é uma tripulação composta por três homens, em geral, os quais ocupam lugares determinados e desempenham atividades teoricamente diferenciadas o que corresponde a uma distribuição do produto

---

(31) — Uma linha de pesca contendo anzóis distribuídos longitudinalmente os quais penetram a água numa profundidade relativa à passagem dos cardumes. Na superfície ficam os flutuadores (ou bóias de um fruto abundante da região) que determinam o posicionamento horizontal da linha.

(32) — Embarcação de pequeno porte movida a vela, cuja fabricação se faz na região por pessoas especializadas na construção de canoas.

também relativamente diferenciada (33). Estas tripulações representam as unidades de produção vigentes na economia pesqueira do litoral paraense, no trecho observado.

É exatamente no contexto destas unidades de produção que se pode identificar uma relação de trabalho autônomo, no sentido que estou considerando. Isto é, uma relação de certa independência no acesso aos meios de produção e aos resultados dela.

Não obstante encontramos um certo número de produtores detendo a propriedade dos meios de produção — no caso, canoa e rede — estes se associam àqueles que não os detém, numa relação típica de parceria. Esta relação não se dá apenas nesse nível da produção, mas atinge também o da comercialização como veremos a seguir.

No nível da produção temos proprietários e não-proprietários, estes em geral, definem as unidades produtivas e são os componentes das tripulações de pesca. Os primeiros e os segundos buscando uma complementação de recursos para o processo produtivo, associam-se livremente onde o capital (representado pelos implementos de pesca) e o trabalho (pela mão-de-obra disponível) são os móveis dessa associação. Circunscrevem-se assim um sistema de parceria cujos resultados são vistos assim na distribuição do produto: por um consenso geral no grupo de pescadores, o proprietário dos **trastes**(34) toma posse de 2 partes do produto total da pescaria pela rede 1 parte pelo uso da canoa; ao **proeiro** (que é quase sempre o encarregado da tripulação) cabe 1 parte e meia, ao **piloto** 1 parte e ao **meieiro** 1 parte. Se o proprietário é o próprio encarregado este ga-

---

(33) — Os componentes são: *Proeiro* (geralmente o encarregado ou chefe da tripulação) vai na proa da canoa; o *piloto* conduz o leme da canoa e vai na popa da embarcação; o *meieiro*, vai no centro como ajudante na jogada e puxada da rede, retirando a água que se acumula no fundo da canoa e ajudando nos movimentos da vela.

(34) — Terminologia usada nas *comunidades* de pescadores para indicar os instrumentos de pesca: rede, canoa, remos etc.

nhará a parte ou **quinhão** que caberia ao encarregado, se este estivesse em seu lugar. Além destes **quinhões**, que na falta de termo melhor, poderíamos chamar de "quinhão de recompensa" há ainda o **quinhão da bóia** que cabe a cada um tripulante. Este consiste na retirada de uma certa quantidade de peixe de acordo com as necessidades sociais dos tripulantes. Há que ressaltar que este **quinhão** destinado a alimentação diária do pescador e sua família não atribui nenhum desconto ao que ele recebe como quinhão de recompensa. O **quinhão da bóia** é uma espécie de suporte da subsistência que afasta o fantasma da escassez. Se numa pescaria o resultado obtido não foi suficiente para a comercialização no barracão do intermediário, o que foi conseguido fica destinado exclusivamente à distribuição entre os tripulantes e os proprietários dos **trastes**. A associação portanto, entre proprietários e não-proprietários sustenta-se, não num contrato formal, mas nessa livre associação que, por outro lado, é permeada pelas relações de parentesco e compadrio que contribuem para sacralizar as relações meramente econômicas.

No nível da comercialização o sistema de parceria pode ainda ser vislumbrado nitidamente. Do mesmo modo que os pescadores se unem em livre associação, para realizarem o processo produtivo, estes para alcançarem os mercados consumidores vinculam-se, por falta de meios, aos donos de **barracão** conhecidos regionalmente como **marreteiros** ou intermediários. Estes por sua vez, não dispendo de meios materiais para a coleta de peixe, obviamente necessitam do concurso dos pescadores com a tecnologia já descrita. Os donos de **barracão**<sup>(35)</sup> utilizam o sistema de aviamento bas-

---

(35) — Apenas para exemplificar com este caso pois há outros tipos de intermediários menores que são também agentes da comercialização. Entre estes há *marreteiros* de caminhão residentes em outras localidades; os *bicicleteiros* que transportam o pescado em bicicletas e os *marreteiros* que utilizam o ônibus como transporte para pequenas quantidades de produto para venda.

tante conhecido nas transações comerciais das populações caboclas da Amazônia. Este consiste na troca e adiantamentos em dinheiro para aquisição dos instrumentos de trabalho ou mesmo do próprio instrumento por parte do dono do **barracão** ao pescador, pela produção diária do pescador, cujo acerto de contas se faz ao final de cada semana.

Os donos de **barracão** alegam não terem "capital" de giro para obter diretamente o produto e pagarem os pescadores no ato da entrega diária do produto. Por outro lado, os pescadores não dispoñdo de meios de transporte para alocação do peixe no mercado, financiam por assim dizer, as transações comerciais dos intermediários, com a entrega do pescado para em contrapartida receber o dinheiro semanalmente. Assim, ambos se beneficiam mutuamente. Não obstante o pescador reconhecer as vantagens da intermediação, reconhece que sem ela ele ainda poderia ser melhor aquinhoado. Todavia essa idealização se atenua na medida em que ele próprio percebe que é através do intermediário que ele entra em contato com o sistema econômico abrangente e através dele flui o dinheiro para ser reinvestido em bens materiais e sociais.

Esta associação também se reveste de relações que ultrapassam os elos econômicos. Nessa díade circulam além dos bens materiais, bens sociais, fortes laços de amizade, não raro de parentesco, compadrio e lealdades que reforçam as relações econômicas e reproduzem socialmente o sistema vigente.

Esta situação de parceria vislumbrada na atividade pesqueira no litoral paraense, representa a nosso ver um estágio da situação de autonomia em que atualmente vivem certos segmentos da população rural na Amazônia. É uma forma de resistir à situação de assalariados que aos poucos vai tomando corpo na região. Estas situações, todavia, ten-

dem a se modificar na medida em que a propriedade dos meios de produção for se concentrando em torno de uma minoria ou pelas alterações na tecnologia que eles dispõem, de modo a liberar crescentemente a mão-de-obra disponível, tendendo a engendrar-se assim a proletarização do pescador. Essas modificações entretanto, na área do litoral por nós estudadas, não chegaram a ser substanciais a ponto de haver uma transformação na estrutura da situação vigente. O processo de proletarização, ou seja, a transformação do parceiro na pesca para uma situação de assalariado, por outro lado, aos poucos vai se dando nas regiões onde a pesca industrial estará se instalando, dificultando as operações de pesca artesanal. Os pescadores sentindo baixar sua produtividade aos poucos vão abandonando suas atividades migrando para outros locais em busca de novas atividades de subsistência. Não raro tem havido casos de migração para as cidades onde condições de vida, praticamente subumanas, lhes aguardam. Proletarizam-se gradualmente na cidade.

No que concerne a situação de subordinação, que aqui é entendida como aquela situação em que os pequenos produtores tendo perdido o controle dos meios de produção passam a depender de um assalariamento por parte do patrão na pessoa do empresário agrícola, citamos o caso dos *peões* da lavoura algodoeira residentes na periferia da cidade de Igarapé-Açu.

Os *peões* de Igarapé-Açu tipificam a condição de trabalhador volante que emergiu na região do Nordeste Paraense com a expansão da agricultura em parte mecanizada e de exportação.

Um breve retrospecto histórico sobre essa região, ajudará a entender essa situação. Por volta da segunda metade do século XIX a região que medeia entre Belém e a capitania de Souza do Caeté, hoje cidade de Bragança, era com-

pletamente despovoada. Entre as duas cidades houve a necessidade de se fazer um elo de ligação para transportes de gêneros alimentícios importados do Estado do Maranhão que até então eram transportados dessa cidade por via litorânea. Na trilha de um caminho aberto para ligar as duas cidades por via terrestre foi construída mais tarde uma ferrovia denominada Estrada de Ferro de Bragança. Ao longo dessa ferrovia foi planejado o assentamento dos colonos para povoar e cultivar as terras a ela marginais. Uma intensa propaganda fora feita inclusive na Europa para atrair contingentes humanos interessados na colonização. Terras seriam doadas a quem quisesse vir para as **colônias**. Os primeiros contingentes foram de origem estrangeira cuja presença não surtiu efeito pela inadequada seleção e pela inadaptação dos elementos alienígenas ao novo ambiente. Tentou-se então a colonização com nacionais vindos do Nordeste Brasileiro, principalmente do Estado do Ceará premiados pelas fortes secas que os assolavam. Muitos todavia, preferiram a vida do seringal porque naquela época era uma fonte viva de dinheiro. Terminado o esplendor da borracha na Amazônia vários contingentes de nordestinos (cearenses, paraibanos, riograndenses do norte) instalaram-se na região recebendo lotes de terra. Inicia-se assim um processo de cultivo em que a queimada e derrubada foram a tônica da lavoura.

O roçado de mandioca, feijão, milho, malva e outras pequenas culturas eram trabalhados pelos **colonos** e suas famílias por longos anos cujo legado ainda se faz presente na região não obstante esse processo vir pouco a pouco se transformando numa atividade agrícola mais moderna onde as unidades de produção, baseadas na tradição familiar, vão cedendo lugar ao individualismo, pois a propriedade vai se retalhando, vai sendo vendida liberando uma mão-de-obra que busca alternativas de subsistência no espaço dos centros

mais complexos ou nas lavouras de exportação da região. É exatamente à mão-de-obra que se vincula à lavoura de exportação que foi atribuído o termo **peão**.

Entre os **peões** entrevistados muitos são oriundos de outras regiões porém a maioria descende de antigas famílias de colonos<sup>(36)</sup> da Zona Bragantina proprietárias de lotes de terras marginais a antiga ferrovia, hoje extinta. São pessoas que possuíam, por herança, terrenos no interior da área de Igarapé-Açu e/ou circunvizinhanças. Estes se autodenominavam de **colônios**<sup>(37)</sup> cuja atividade, antes de se tornarem **peões** girava em torno do cultivo de seus próprios roçados onde as unidades de produção eram ao mesmo tempo unidades de consumo. Não obstante levarem uma vida mais fechada, isto é, cuja sociabilidade girava mais em torno da vizinhança alicerçada num forte grau de solidariedade fundada no princípio da reciprocidade, diziam ter um ritmo de vida menos febril do que atualmente e onde havia mais fatura porque a roça praticamente lhes fornecia **sustento** básico (farinha de mandioca ou farinha d'água, **farinha de carimã**<sup>(38)</sup>, feijão, arroz, milho, frutas) só comprando os itens que eles mesmos não produziam. A roça era sua *dispensa*. Os produtos cultivados nas roças eram vendidos para o mercado local diretamente às casas comerciais, para as feiras semanais e para o mercado extra-local para onde era escoado inicialmente pela ferrovia e posteriormente pela rodovia nos chamados **paus-de-arara** hoje substituídos pelos caminhões de carga.

---

(36) — Colono — designação dada àqueles que receberam lotes de terra nos núcleos coloniais instalados pelo Governo do Estado do Pará nas terras marginais à Ferrovia Belém-Bragança.

(37) — *Colônio* é a designação dada pelos moradores das cidades da Zona Bragantina aos moradores das terras interioranas dessa zona.

(38) — Uma farinha especial para mingaus especialmente para crianças nos primeiros dias de vida.

Entre os **peões** entrevistados alguns ainda possuem pequenos lotes de terra nas **colônias**(39) mas em geral em vias de transação comercial. Sua maior subsistência, entretanto, é retirada do trabalho assalariado, ora nas plantações de pimenta-do-reino, ora nas de mamão, ora nas de algodão.

Para exemplificar tomemos o caso dos **peões do algodão**. A cultura algodoeira no Nordeste Paraense vem assumindo uma posição relevante no processo econômico da região como alternativa imediata para a substituição do cultivo da pimenta-do-reino que lá, como em outras regiões do Pará está em decadência pela fusariose que vem dizimando os pimentais. Atualmente encontram-se remanescentes desse cultivo, que, segundo os produtores, não terão prosseguimento pela razão já apontada. Em lugar dela cresce o cultivo do algodão de uma espécie que se adaptou ao clima e ao solo da região — a **Acala del Cerro** — procedente da Venezuela introduzida pela *Algodoeira São Miguel* com sede em Natal (Rio Grande do Norte). É uma espécie herbácea e de natureza temporária. O algodão é geralmente plantado num período que vai da segunda quinzena de maio até a primeira de junho. A colheita é feita no período da estiagem para evitar danos na qualidade do produto. Por isso o período se verifica em geral nos fins de outubro e princípios de novembro. É tida como um cultivo de entre safras de produtos tradicionais da região.

O processo produtivo do algodão e sua conseqüente comercialização se dá como aparece nos diagramas a seguir:

---

(39) — Expressão ainda hoje utilizada para designar as regiões interioranas da Zona Bragantina onde em geral se pratica a agricultura de roçados. Nesse sentido as *Colônias* se caracterizam pelo espaço da fartura, da autonomia, da liberdade. Em oposição, na concepção dos *peões*, está a *Rua*, o espaço que é representado pela cidade de Igarapé-Açu ou por suas congêneres; é o domínio do trabalho dependente, subordinado; é o espaço da luta, da dificuldade de sobrevivência, da exploração do trabalho do homem; da falta de solidariedade.

DIAGRAMA I:

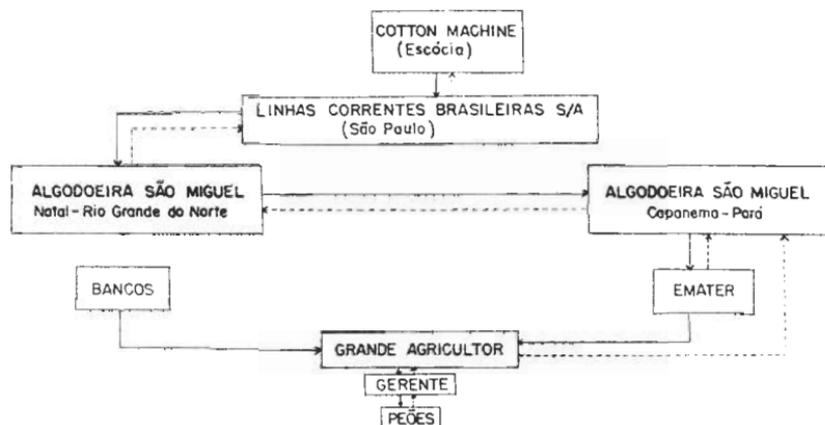


DIAGRAMA II:

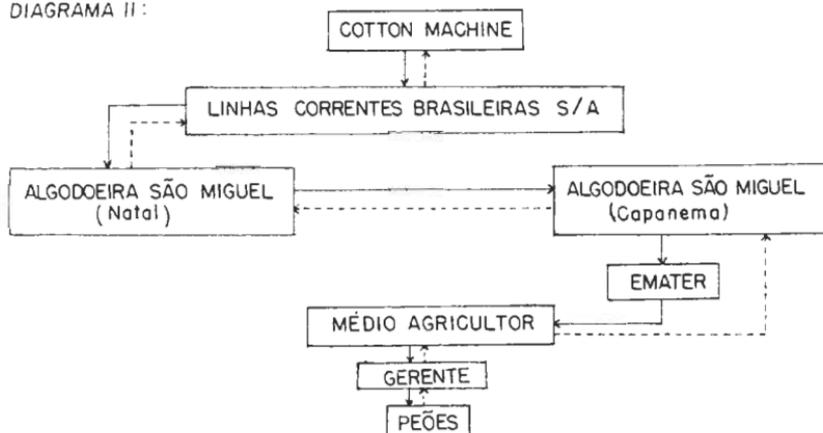
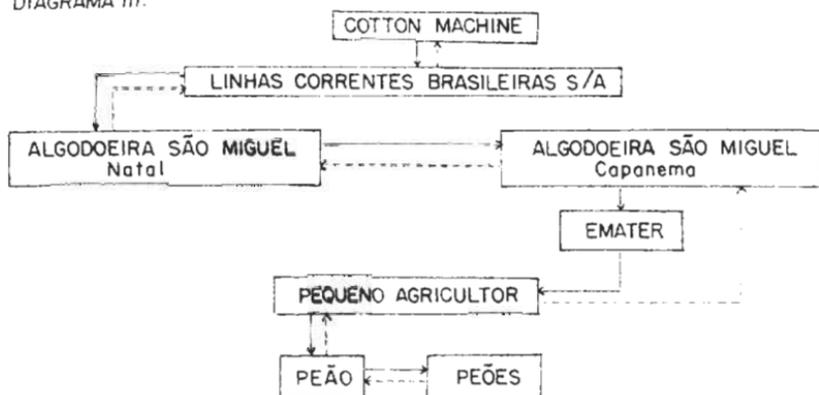


DIAGRAMA III:



ou neste estágio :

DIAGRAMA IV:



Estes diagramas representam as situações que foram encontradas em Igarapé-Açu nessa fase preliminar do estudo das relações de produção no setor agrícola do Nordeste Paraense. As setas com linhas cheias representam a relação de poder existente e as setas com linha tracejada o fluxo do produto.

Como se pode notar nas três situações, as relações de comércio, contidas na produção, estão sujeitas ao monopólio da Cotton Machine Inc. sediada na Escócia, através da empresa paulista Linhas Correntes Brasileiras S/A e suas subsidiárias de Natal (Rio Grande do Norte) e Capanema (Pará) — *Algodoeira São Miguel*. Na usina de Capanema é processada a matéria-prima e embalada em fardos e, ao mesmo tempo, feito os tratos preliminares e embalagem das sementes para, em Natal, processarem a fiação de algo-

dão e o preparo de óleos comestíveis e torta para gado dos rejeitos dos caroços. A preparação de óleos é feita das sementes não selecionadas para o replantio. Lá também é feito o processo de selecionamento de sementes e acondicionamento das mesmas para serem distribuídas aos agricultores através da EMATER.

A EMATER, empresa de assistência ao produtor rural, repassa gratuitamente as sementes ao produtor. Distribui também o adubo adequado à planta. Porém, o valor do adubo é descontado do produtor no ato da venda direta à *Algodoeira São Miguel*, que recolhe em carros próprios toda a produção do município e de outros que cultivam o algodão.

Esse esquema de comercialização e distribuição de sementes e adubos, segundo técnicos da EMATER e alguns agricultores informantes é vigente entre aqueles produtores que são **mutuários** da EMATER, isto é, entre aqueles que são cadastrados perante essa empresa. Dentre estes estão os grandes, médios e pequenos agricultores. O termo agricultor na região é genericamente empregado para aqueles que possuem terras cultiváveis. Os **peões** embora sejam agricultores *latu sensu*, não são considerados como tais, mas sim como trabalhadores braçais ou vulgarmente **peões**. Essa designação deriva da rotatividade ligada ao local de trabalho. O **peão** não se fixa a um determinado patrão, não porque assim o deseje mas pela própria natureza do trabalho na agricultura que se faz em etapas: plantio, adubação, capina, colheita. Essa sazonalidade não permite manter o trabalhador o ano inteiro fixo numa dada plantação. Por outro lado, alegam os patrões que os encargos sociais a serem assumidos em relação a um trabalhador são extremamente proibitivos para inserir o **peão** num nível empregatício. Quando acaba uma etapa aqui, eles recorrem a outro trabalho ali.

Como ainda não dispomos de dados suficientes para proceder uma análise comparativa das quatro situações

aqui apenas esboçadas, limitamo-nos a apresentá-las descritivamente tal como elas aparecem em Igarapé-Açu, abrindo assim, um caminho para futuro estudo comparativo.

Não obstante estas considerações, já é possível dizer que em todas elas o **peão** é o agente direto da produção e que, de uma forma extremamente desigual em relação a proprietários e/ou responsáveis pela empresa agrícola, participa da ação e dos resultados desse processo. Desigualdade essa manifestada a nível das condições objetivas do trabalho e a nível da sua remuneração como **diarista** ou mesmo como **empregado**.

O **peão** somente às vezes exerce um cargo de **gerente** nas condições em que mostraremos mais adiante. Entretanto, essa situação só foi encontrada em casos quando a empresa agrícola é de pequeno porte, ou seja, no caso em que o dono da plantação é um pequeno proprietário, como mostra o diagrama IV. Aí o **peão**, em sendo considerado como mão-de-obra mais desqualificado do que um **gerente** ou **capataz**, é preferido pelo proprietário em razão dos custos operacionais de sua contratação ficar mais acessível ao proprietário. Neste caso, o poder aquisitivo do dono de plantação que contrata **peões**, aliado à desqualificação profissional destes, parece ser uma variável importante para que o **peão** venha a se tornar um *gerente*. Todavia é uma hipótese que precisa ser testada com a continuidade.

No mais das vezes ele é mediatizado pelo **gerente** ou **capataz** no seu relacionamento com o proprietário da empresa e indiretamente com a rede comercial que se estabelece a partir deste.

A diferença que se observa entre as situações apresentadas nos diagramas I e II está nos seguintes fatos: os grandes agricultores operam com o Banco através da linha de crédito colocada à sua disposição e cujos critérios, muitas vezes, têm bloqueado o acesso de médios e, sobretudo, de pequenos agricultores. Daí porque se alinhar ao lado da

primeira, a situação exposta no diagrama II. Informes de vários médios agricultores dão conta de que tendo eles experimentado o crédito bancário não pretendiam mais "entrar nessa de empréstimo" dado que sua produção nem sempre alcança êxito satisfatório capaz de gerar meios suficientes para o cumprimento das exigências bancárias.

A não utilização de crédito bancário por parte do agricultor, no caso do diagrama II, não se restringe entretanto, apenas à causa já acenada anteriormente. Presume-se que a ela venha juntar-se uma outra motivação de natureza psicológica que é a situação de risco à qual pode estar sujeito o proprietário. O temor de perder uma safra por fatores não controláveis como o tempo, por exemplo, pode levar também o indivíduo a não se decidir por um financiamento bancário para sua produção e em consequência a recorrer apenas aos seus próprios recursos.

Os diagramas III e IV representam variações da situação de pequeno agricultor que igualmente se utiliza da mão-de-obra dos **peões**. No primeiro caso os proprietários não recorrem a bancos para financiamento da produção pelas razões já expostas e nem *gerentes* capazes de manejar com máquinas agrícolas como em geral é o caso daqueles que aparecem nos diagramas anteriores. Dentre os **peões** reconhecidamente experimentados em tratos agrícolas, escolhem um para dirigir todas as fases de trabalho na lavoura, desde o recrutamento ao pagamento. Neste caso este **peão** usufrui uma diária um pouco maior da que é paga aos trabalhadores que estão sob o seu comando. Esta categoria aliás, corresponde a situação A do quadro que trata dos valores de remuneração do **peão**. O comportamento do peão-gerente em relação a eles pouco difere daquele que é observado entre os **gerentes** ou **capatazes**.

No segundo caso — diagrama IV — o pequeno agricultor, como os médios e grandes proprietários estão comercialmente ligados à rede que envolve as firmas menciona-

das nos diagramas. Vendem seu produto diretamente aos depósitos da *Algodoeira*, mas não chegam a gozar satisfatoriamente do mesmo nível de assistência técnica dispensado aos de maiores posses. Enfrentam maiores dificuldades que estes, sobretudo no que concerne a aquisição de fertilizantes químicos para os tratos agrícolas — tão necessários aos solos degradados da região — dado seu alto custo. Sendo menor seu poder aquisitivo não tem o pequeno agricultor condições de manter um gerente ou mesmo um **peão** para assumir os encargos administrativos. Nestas circunstâncias ele mesmo exerce a administração das atividades desde a chamada de **peões** para realizarem os diferentes tratos agrícolas até ao pagamento dos mesmos, além do que trabalham, muitas vezes, ombro a ombro.

No que concerne ao **peão** sua situação pouco difere no quadro das quatro situações apresentadas, pois a condição de assalariado, sem qualquer vínculo empregatício (não possui carteira assinada) e a de trabalhador sob o signo da dominação e exploração são as mesmas, piorando até, nos casos em que entre ele e o *patrão* (o dono da propriedade em que está trabalhando) se interpõe um **gerente** o qual busca se afirmar pela via de autoritarismo.

No contexto dos grandes e médios agricultores o **peão** é *recrutado* por um **gerente** ou **capataz** como não raro são denominados na região. Este em geral é um empregado fixo com carteira de trabalho assinada e que tem como principal atividade: 1) recrutar **peões** para serviços de plantio, adubação, limpeza, colheita, roçagem, broca etc., ou como **diaristas** ou como empreiteiros; 2) vigiar<sup>(40)</sup> os **peões** no trabalho para não prejudicarem o andamento dos serviços; 3) fazer pagamentos ao fim da semana, enfim, representar o *patrão* perante os empregados. O relacionamento entre

---

(40) — Expressão utilizada pelos *gerentes* ou *capatazes* para definir a atividade de controle sobre o desempenho dos *peões* durante o trabalho.

**gerente** e **peão** é marcadamente hierarquizado e permeado por um forte autoritarismo.

Quando os **peões** moram distante do local de trabalho, o **gerente** é responsável pelo transporte deles em caminhões ou em carretas puxadas por tratores. Neste caso os **peões** são reunidos entre 5 e 6 horas da manhã num determinado local da cidade para iniciarem o trabalho às 7:00 horas. Às 8:00 horas há um intervalo de 15 minutos para a *merenda* levada pelos próprios **peões**. Esta consiste em peixe assado, farinha ou frutas (laranjas, bananas, mamões) ou café com pão, conforme os recursos disponíveis por eles. A seguir retomam as atividades e às 11:30 horas param o trabalho para o almoço, no próprio local. Esta refeição é levada também de casa já pronta e é consumida sem nenhum aquecimento. Os **peões** procuram uma sombra ao lado da capoeira para consumirem sua pequena refeição (feijão, farinha, carne ou peixe). O trabalho é retomado no mesmo ritmo às 13:00 horas para terminar às 17 horas. Novamente são conduzidos pelo **gerente** ao local onde foram reunidos. Geralmente é marcado um lugar onde todos se reúnem, tanto para irem ao trabalho como para o retorno à moradia.

Suas residências todas estão localizadas na periferia de Igarapé-Açu, como nas de outras cidades congêneres onde habitam. Suas moradias são casas simples de barro cobertas com **cavacos**<sup>(41)</sup>. Uma sala, um ou dois quartos, uma cozinha e um corredor, são via de regra, os compartimentos dessas habitações, onde o espaço de privacidade é o pequeno quarto, no qual, muitas vezes uma empanada serve de porta.

A mulher, que na lavoura atua como trabalhadora-volante e autodenominada como **piôa** assume uma carga de trabalho diária muito maior em relação a do homem. Ela le-

---

(41) — Pequenos tacos de madeira de forma retangular, que à imitação da telha recobrem a maioria das habitações da região. A madeira é tirada das capoeiras próximas e trabalhadas manualmente.

vanta-se sempre antes do marido para fazer o café para o desjejum, preparar a comida para levar para o trabalho, dar os primeiros cuidados do dia aos filhos pequenos que vão ficar em casa. Ao chegar do trabalho, todo o trabalho doméstico lhe espera: casa para limpar, roupa para lavar, **janta**(42) para fazer, tratar dos filhos e inteirar-se dos eventos ocorridos em sua ausência. Ao marido cabe dar um auxílio nessas tarefas, porém a responsabilidade maior é dela, porque segundo o discurso dos maridos *são obrigação da mulher*.

Pela jornada de trabalho no contexto do trabalho-volante na lavoura existem variações na recompensa à mão-de-obra empregada. Para uma compreensão maior apresentamos a esquematização das situações encontradas :

A. **Diaristas** jornada de trabalho : 07:00 às 11:30 h  
13:00 às 17:00 h

Situa- ções	Homens (peões)	Mulheres (piôas)	Crianças (peões)
A	Cr\$ 600,00	Cr\$ 500,00	Cr\$ 300,00
B	Cr\$ 500,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 200,00

## B. **Empreitada**

Em Igarapé-Açu observou-se duas formas de remuneração ao trabalho dos **peões**: a **diária** e a **empreitada**, conforme mostra o quadro anterior.

A escolha de uma destas categorias fica à decisão do **peão**, embora o valor em dinheiro, em última instância fique à mercê do proprietário da plantação.

O quadro citado não significa que, do ponto de vista da remuneração, existam em Igarapé-Açu duas formas es-

(42) — Habitualmente as pessoas na região rural da Amazônia atribuem ao jantar a expressão *janta*.

truturalmente diferenciadas. As situações A e B são simplesmente expressões das variações do valor das diárias, que em parte estão ligadas mais aos interesses dos proprietários agrícolas do que propriamente à sua generosidade. O que se tem portanto, é que em determinadas "plantações" o proprietário oferece uma diária maior que seus pares, no intuito de arregimentar um maior número de **peões** a fim de dar cabo, em tempo hábil, de determinadas tarefas. Como já foi dito, na situação A incluem-se aqueles **peões** que desempenham papel de **gerente**.

O trabalho da mulher sempre é concebido como inferior ao do homem. Mesmo na situação em que o proprietário remunera o trabalhador com uma diária mais alta, a diária atribuída à mulher é sempre mais baixa que a do homem. Segundo as **piôas** entrevistadas, elas trabalham tanto quanto o homem nas tarefas de **adubação, plantio, capina, colheita** e preparação do roçado. As únicas tarefas que, em regra, não realizam é a remoção de troncos de árvores em casos de **coivara**. Esta tarefa entretanto, praticamente vai desaparecendo na região visto as áreas de plantação estarem em terrenos de vegetação secundária, regionalmente conhecida como **capoeira**.

O trabalho das crianças foi observado em quase todas as plantações visitadas. Como os adultos, estão sujeitos a mesma jornada de trabalho (pelo menos vão e voltam no mesmo horário estabelecido para os adultos) e ao mesmo regime autoritário vigente. Sua remuneração é ainda mais baixa do que a da mulher não obstante realizarem as mesmas tarefas que homens e mulheres como por exemplo: limpeza do terreno ou **capina, adubação e plantio**.

Quando se trata de empreitada o tempo de duração do serviço não obedece necessariamente a mesma jornada de trabalho como na situação de **Diaristas**. O **empreiteiro** calcula um tempo máximo para a realização do serviço e pode ter seu início e término variável. Com relação ao valor to-

tal, é calculado de modo que o valor do dia de trabalho é um pouco maior que o valor de uma diária vigente no contexto do trabalhador-volante na região, como apresentamos no esquema anterior. Este raciocínio é válido em geral para as fases capina do terreno, plantações e colheita. No que se refere à plantação de mamão, a **empreitada** para uma capina por exemplo, é feita por pés de mamão plantados, calculando-se um valor para cada pé limpo para se avaliar o valor total da área plantada para o serviço por empreitada.

Tanto os valores da **diária** e da **empreitada** (**diara** e **empeleitada** como são indicadas na terminologia local), embora sejam propostos pelo trabalhador-volante, todavia a decisão para fechar negócio fica sempre do lado do patrão. Contava-nos uma **piôa** que um japonês contratou os serviços dela para limpar (capinar) 4 tarefas<sup>(43)</sup> de um mamoaal contendo 400 pés de mamão. Esse serviço se compunha: 1) da **capinação**<sup>(44)</sup> ao redor do pé de planta; 2) fazer uma pequena cova para posterior colocação de fertilizante (esta atividade já seria feita por outro empreiteiro); 3) recobertura da pequena cova após a colocação do fertilizante. Para realizar esta atividade a informante pediu a quantia de Cr\$ 15,00 por cada pé limpo. O japonês não aceitou apesar da insistência dela e ofereceu-lhe a quantia de Cr\$ 10,00 por pé. Sem outra alternativa e premida pelas necessidades de subsistência, teve que se submeter a decisão impositiva do **patrão**. Ao fim do trabalho ela receberia tão somente a quantia de Cr\$ 4.000,00 num espaço de 8 dias de trabalho sob o forte sol tropical de julho, numa jornada que ia das 7:00 h às 14 h. Como ajudantes levou uma filha

(43) — Nas regiões rurais da Amazônia as unidades agrárias são calculadas pelos habitantes em termos de *tarefa*. Cada uma possui 25 *braças* quadradas, que também constituem unidades métricas tradicionais. Uma *braça* corresponde a mais ou menos 2 metros. Assim, cada *tarefa* no nosso sistema métrico convencional mede 50 metros quadrados, ou como se diz no discurso do *caboclo*: 50 metros em *quadro*.

(44) — Ato de *capinar* ou limpar um terreno.

adulta, uma filha pequena, um menino filho da vizinha. Com aquele dinheiro ela teria que pagar uma diária para a filha adulta e “dar alguma coisa” para o menino como recompensa ao trabalho dele.

Este exemplo ilustra bem as situações vividas pelos **peões** numa relação de trabalho subordinado onde eles, sem poder de decisão, e muitas vezes, sem alternativa para escolha de um outro serviço em que sua proposta de recompensa pela força de trabalho empregada seja aceita e, ainda, sem uma associação de classe que na prática faça valer ou legitimar os interesses e direitos do trabalhador-volante no meio rural, ficam à mercê das decisões do empregador.

As turmas de trabalhadores-volantes em Igarapé-Açu são extremamente mutáveis tanto a nível da própria turma como a nível do local de trabalho. Em outras palavras, uma turma que hoje trabalha aqui, amanhã está modificada em termos das pessoas que a compõem, não obstante algumas permanecerem. Isso a meu ver, neste momento de análise, contribui para a falta de coesão nas turmas de trabalhadores-volantes como elemento integrador e conseqüentemente como mecanismo para a tomada de uma consciência de classe para o encaminhamento de reivindicação visando solução de seus problemas e legitimação de seus direitos.

Há três categorias de trabalhador-volante, sem no entanto serem herméticas: 1) há os **peões** que, residindo na periferia das cidades como a de Igarapé-Açu, vão ao amanhecer para o trabalho nas plantações, e voltam à tarde à pé ou em transportes de terceiros; 2) há os **peões** que, igualmente morando na cidade, trabalham nas **Colônias**, lá passam a semana retornando no sábado à tarde para sua residência; 3) e há aqueles que se deslocam para outras regiões onde lá permanecem em temporadas. Em geral deixam as famílias no local de moradia. Na época em que estávamos em campo uma turma de 150 homens foi deslocada, por um **gerente** de uma empresa madelreira, para trabalhar

nas plantações de seringueira no rio Moju (rio que corre paralelo ao rio Tocantins afluente pela margem direita do rio Amazonas).

Do resto, vale dizer ainda que a situação sócio-econômica dos **peões** da região em estudo, se insere na escala mais baixa da vida material. Tal situação consiste numa ruptura das condições de vida tradicional partilhada na situação de **Colônios**, isto é, na situação de pequenos proprietários à semelhança dos *sitiantes* no Sul do Brasil, vivida há alguns anos passados. Esta situação, por outro lado, está intimamente ligada a venda da terra e ao processo migratório quer no sentido das **Colônias** para as cidades municipais, quer de região para região, sempre a procura de trabalho, escolas para filhos, melhoria das condições de vida material. Nesta incorporação lenta mas progressiva aos valores da vida urbana, algumas perdas vão sendo observadas sobretudo ao nível da vida material em que a ampliação das necessidades não é compensada pelo aumento do seu poder aquisitivo. A perda de traços da **cultura rústica** já referida em outro lugar desta exposição, a incorporação de novos traços, representados pelo elenco de indicadores há pouco apontados, representam a mudança em todos os níveis da sua cultura, inclusive no campo das representações mentais. Aqui evoca-se um texto de Candido (1971:194-195) quando se referia às transformações dos meios de vida na área rural do Estado de São Paulo, cujo sentido é aplicável, por analogia, ao caso que estamos estudando, onde a valorização do passado demonstra uma situação de crise no presente :

É claro que a fertilidade da terra decaiu, e as modernas condições econômicas levam a trabalhar para o mercado. Nas palavras do caipira<sup>(45)</sup>, todavia, no “tempo de dantes”, ou “dos anti-

(45) — *Caipira* corresponde ao habitante rural do Estado de São Paulo e da faixa antiga de colonização. A situação sócio-cultural do caipira corresponde a da dita população *cabocla* da Amazônia. Aqui me refiro não ao sentido étnico da palavra, que certamente o termo incorpora, mas ao sentido sócio-cultural. (N. A.).

gos” era o próprio reino da fartura... a medida para semear não era o alqueire, mas o dedal. . Um dedal cheio de arroz dava para produção abundante, pois era imensa a força da terra. As colheitas eram tão grandes que nem se colhia tudo. Todos se ajudavam por amor, ninguém passava aperto.

Ninguém trabalhava alugado... era o “tempo das posse”. Mas depois vieram os fazendeiros ricos e, como a caboclada era ignorante foram comprando barato de uns, tomando à força de outros (46).

Não obstante este pensamento ser uma imagem ideal, é como ainda diz aquele autor, *era sua maneira de criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais de sua cultura*. Este senso pode gerar, como mecanismo de compensação, miragens sociais e econômicas(47) originada estas da insatisfação e desejo de constante fuga, que levam aos indivíduos, como os **peões**, a buscarem novas zonas para viverem.

Ao cabo desta exposição, pretendida mais num caráter impressionista que propriamente conclusivo dado a recen-tidade de seu estudo na região, chega-se a pensar que, no Nordeste Paraense, tomando como ponto de referência os segmentos de pescadores e **peões**, o contraste entre auto-nomia e subordinação no processo produtivo, e entre as condições de vida numa e noutra situação, derivam de uma série conjugada de fatores. Nesta série repontam a marcha inexorável do capitalismo no meio rural; a venda compulsória da terra por parte do pequeno proprietário; a mecaniza-ção da lavoura que vai liberando mão-de-obra e reduzindo as possibilidades de emprego; o crescimento demográfico e o processo de urbanização que se apresenta ao indivíduo

(46) — Neste texto Antônio Candido se refere ao discurso de um informante.

(47) — As miragens econômicas, são definidas por Candido (1971 : 195) como sentimentos de *recuperação* baseadas na espe-rança de um dia se tornarem proprietários e recriarem as antigas condições de vida acenadas em seu saudosismo transfigurador. As miragens sociais são miragens de su-peração; podem ser a adesão definitiva ao mundo da cidade, abandonando os meios tradicionais de vida, como forma de resolver o problema.

do meio rural **propondo** e **impondo**(48) traços de cultura material e não-material, podendo surgir daí situações anômicas ou para-anômicas.

Dentro desse processo a parceria surge como uma situação transitória, não como uma atividade econômica, mas como uma situação social na qual o indivíduo, hoje parceiro, a vê como uma tentativa de recriar sua antiga situação de proprietário e, ao mesmo tempo, como um mecanismo negador da situação de assalariado como o trabalhador-volante, o qual vive sem terra e sem controle dos meios de produção e de seu próprio destino.

A situação dos segmentos sociais aqui esboçada, requer na prática, não só a multiplicação de pesquisas científicas que venham elucidar problemas e ajudar a compreender melhor em qualquer tempo ou lugar as condições de vida do homem, mas sobretudo, a adequação e revisão de programas e políticas que lhes são dirigidos, baseadas no conhecimento científico da região.

Os resultados dos estudos feitos e que se fazem no campo da Antropologia, da História, da Sociologia, da Geografia Humana, ou de outras ciências humanas, são relevantes nesse sentido e, se encarados real e conscientemente, podem traduzir-se como fonte de conhecimento da realidade e úteis como subsídios para a citada e esperada adequação a nível cultural e ecológico.

A prática antropológica tem mostrado que sem planejamento harmônico nesses dois níveis, sem racionalidade, a urbanização das zonas rurais da Amazônia tende a se processar cada vez mais como um traumatismo cultural em que a fome e a anemia continuarão a rondar os segmentos sociais envolvidos.

---

(48) — *Propõe* por exemplo a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho e, *impõe* um novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas e novos bens manufaturados (Candido, 1971 : 218).

Uma periódica revisão crítica das políticas e programas pertinentes é necessária e útil como estratégia de correção e atualização e acompanhamento das metas neles contidas. A nosso ver é por aí que começa a harmonização dos interesses da população rural com os programas governamentais a que ela faz jus. Não se pretende aqui sugerir um retorno à antiga situação em que estes segmentos sociais mencionados e/ou congêneres viveram no passado, no "tempo de dantes". Trata-se sim de alertar para que não haja uma destruição irremediável de seu **ethos**, ou em outras palavras, para que não haja uma destruição total de suas instituições básicas sem que se lhes possa dar ou acenar as condições para ajustarem-se a outras com as quais entram em contato.

Uma revisão na política de expansão econômica para o meio rural do Nordeste Paraense, por exemplo, fundada em bases científicas, ajudaria: 1º) a preservar o equilíbrio ecológico, sendo o homem da região sobretudo, o seu principal beneficiário; 2º) a promover o desenvolvimento real, integral do homem no seu habitat como forma de freiar as migrações praticamente forçadas através das quais ele busca ilusoriamente condições de vida mais digna alhures do que as que vive atualmente, e, ao invés disso encontra o caminho da proletarização; 3º) a evitar o empobrecimento do indivíduo no campo o qual tem se manifestado pela expropriação de seus meios de produção e que o obriga a uma mobilidade desgastante para suas condições de vida material e cultural; 4º) veria que a oferta de estímulos materiais e sociais ao pequeno produtor teria grande significado na recuperação da qualidade de vida desse segmento social.

Nessa revisão crítica, há que se ressaltar o significado que assume a participação do pequeno produtor. Ascultado (através de sindicatos, colônias etc.) como o legítimo interessado no processo, ajudaria a se corrigir pontos inadequados e a se estabelecer diretrizes positivas em seu próprio benefício e da comunidade regional como um todo.

#### SUMMARY

This paper treats several indicators of socio-economic change in the Northeast region of the State of Pará, Brazil. This region includes the so-called "Zona Guajarina", "Zona de Salgado", "Zona Bragantina" and "Zona de Vizeu" and has a total area of 91350 km<sup>2</sup>, situated between 0°30' and 3°00'S and between 46°30' and 48°00'W.

The range of economic activities of this region is discussed with reference to the environment and the natural resources, in order to demonstrate the diversification of communities, according to their economic bases. A preliminary analysis of the pertinent social changes is made with respect to economic activities in which autonomy and subordination are present: fishermen's cooperatives and migrant agricultural labor ("peões").

This study is a segment of the project "Aspectos econômicos e sociais do *campesinato* no Nordeste Paraense" ("Economic and Social Aspects of the Rural Populations of the Northeast of Pará") of the Anthropology Section of the Department of Social Sciences of the Goeldi Museum of Pará, as part of the program "Man in the Amazon". Each study seeks to present the general characteristics of the region in terms of its human occupancy.

This study is based principally on direct observations and interviews, as well as on published data and statistics, mainly in the municipalities of Marapanim, in the "Zona do Salgado" and Igarapé, in the "Zona Bragantina".

An initial version of this paper was presented at the 44<sup>th</sup> International Congress of Americanists, in the Symposium on "Change in the Amazon Basin", in September of 1982, at the University of Manchester-School of Geography, England.

Based on the observed situation, some suggestions are presented to contribute to the systematic study of the Amazon, as well as for the solution to some of the critical problems of the area under study.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Zebino P. do *et al.*

1975 — *Capacidade de uso da terra das micro-regiões do Nordeste Paraense*. Belém, IDESP. 199 p. il. (Monografias, 17).

1975 — NORDESTE do Pará : mais 3 bilhões em investimentos  
*Carta Amazon.*, Belém. (37) : 2-3, dez.

BRABO, MARIA José

1981 — Pescadores, geleiros, fazendeiros — os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari (nota prévia). *Bol. Mus. Pa. Emilio Goeldi*, Nova Sér. Antropol., Belém, (77) : 1-22, jan.

BRANT, Vinicius Caldeira

1977 — Do colonato ao bóia-fria : transformação na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estud. CEBRAP*, São Paulo, (19) : 27-91, jan./mar.

FURTADO, Lourdes Gonçalves

1980 — *Currallistas e redeiros de Marudá : pescadores do litoral do Pará*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 364 p. il. Tese Mestrado/mimeogr.

GALVÃO, Eduardo

1976 — *Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Ed. Nacional, 154 p. (Brasiliana. 284).

ITAYGUARA, Antonio

1980 — A depressão econômica do Nordeste Paraense. *O Liberal*, Belém, 3 de março.

MENDRAS, Henry

1978 — *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 265 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

PENNER, Maria Eunice Soares

1980 — *A Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 137 p. Tese Mestrado.

**PENTEADO, Antonio Rocha**

- 1967 — *Problemas de colonização e de uso de terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém, UFPA. 197 p. (Col. Amazônica, sér. José Veríssimo).

**PINTO, Maria Madalena Vieira**

- 1956 — Contribuição ao estudo da pesca na região do Arari (Ilha do Marajó). *Rev. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 18 (3) : 373-407.

**BRITTO, Rosian Campos de Caldas**

- 1975 — *A pesca empresarial no Pará*. Belém, IDESP. p. 4.

**SILVEIRA, Isolda Maciel da**

- 1979 — Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Nova Sér. Antrop., Belém, (74) : 1-24, set.
- 1979 — Quatipuru : agricultores, pescadores e coletores numa vila amazônica. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*, Belém, (34) : 1-62.

**SUDAM**

- 1980 — *Relação de Empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*. Belém.
- s. d. — *Programa de Recuperação Econômica do Nordeste Paraense (PRONOPAR)*. Belém.

(Aceito para publicação em 06/04/84)

ANEXO I — Distribuição das Empresas Agropecuárias no Nordeste Paraense beneficiadas pelos incentivos fiscais(49)  
através da SUDAM

EMPRESA	LOCAL	ÁREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Pará Pastoral e Agrícola S/A.	Paragominas	13.089	127	471.838.532,00	Guajarina
Agropecuária Novo Mundo S/A	S. Domingos do Capim	4.371	17	2.261.823,00	"
Agropecuária Parapora S/A.	"	17.398	34	8.548.490,00	"
Aquidauana Agropastoril	"	1.421	14	5.493.635,00	"
Cia. Agropecuária e Industrial Maringá-Capim	"	8.672	31	10.746.088,00	"
Cia. Agropecuária do Rio Jabuti	"	39.204	129	49.278.807,00	"
Fazenda Candim	"	9.951	43	35.880.432,00	"
Fazenda Paraguassu S/A. — Pecuária, Agric. e Comércio	"	14.740	46	45.941.446,00	"
Fazenda União	"	1.000	41	41.879.709,00	"
Fazendas Reunidas Emay S/A.	"	21.629	40	50.163.358,00	"
Agropecuárias Rio Cauaxi S/A.	Paragominas	27.225	72	99.860.864,00	"

(49) — Neste quadro só são apresentados os valores totais, sem menção da parte liberada pelos Incentivos Fiscais, baseados na "Relação... (SUDAM, 1980).

EMPRESA	LOCAL	AREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Agropecuária Santo Antônio S/A	Paragominas	10.514	38	26.662.161,00	Guajarina
AGROPISA — Agropecuária Rio Piriá S/A.	"	8.562	26	5.698.320,00	"
Cia. Agropecuária do Pará	"	62.732	142	468.990.283,00	"
Cia. Rio Capim Agropecuária	"	40.986	71	355.452.485,00	"
Fazenda Agropastoril Santa Teresinha Agropasto	"	8.712	25	3.102.777,00	"
Fazenda Monte Azul S/A. — FAMOSA	"	4.397	12	1.585.372,00	"
Meinara Agropecuária	"	12.675	35	44.183.158,00	"
Orlândia Agro-Pastoril S/A. — OASA	"	4.372	16	1.808.011,00	"
Paragominas Agropecuária S/A.	"	4.131	17	2.981.490,00	"
Pastoril e Agrícola Vale do Rio Gurupi S/A.	"	17.424	33	9.372.857,00	"
Arapuá Norte Agropecuária de Exportação	Ourém	30.000	63	64.251.929,00	"

ANEXO I — continuação

EMPRESA	LOCAL	AREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Companhia Agropecuária Simisa	Ourém	30.060	75	31.559.525,00	Guajarina
Companhia Nacional de Pecuária	"	16.555	50	45.295.558,00	"
Cia. de Agropecuária Ind. Mineral do Estado do Pará — PROPARA	Vizeu	—	252	18.280.680,00	Vizeu
S/A. Agro-Pastoril GRUPIA — PROPORA	"	30.000	61	34.766.967,00	"
Jollybel S/A. Integração Agro- pecuária	Sta. Izabel	—	126	42.223.743,00	Bragantina
Empresas Rurais Notral	S. Miguel do Guamá	5.647	60	83.933.085,00	"
Enagro — Empreendimentos Agrá- rios S/A.	Sta. Izabel	593	81	74.153,00	"
<b>T O T A I S</b>		<b>446.010</b>	<b>1.777</b>	<b>2.062.815.038,00</b>	